



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

KAREN REBECCA CAMURÇA DO NASCIMENTO

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: A MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO
ESPAÇO ESCOLAR E URBANO DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA - RORAIMA**

BOA VISTA, RR

2020

KAREN REBECCA CAMURÇA DO NASCIMENTO

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: A MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO
ESPAÇO ESCOLAR E URBANO DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA - RORAIMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras do Centro de Ciências Humanas e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (UFRR) como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Fronteiras. Área de Concentração Sociedade e Política, na Linha de Pesquisa em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Lúcia de Sousa

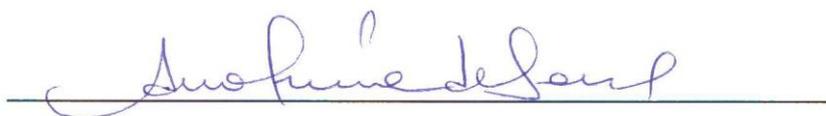
BOA VISTA, RR

2020

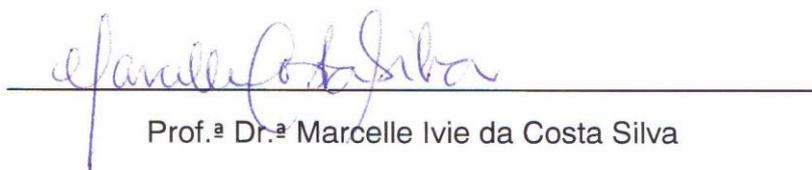
KAREN REBECCA CAMURÇA DO NASCIMENTO

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: A MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO
ESPAÇO ESCOLAR E URBANO DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA –
RORAIMA**

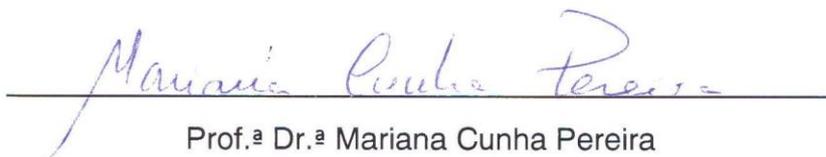
Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Sociedade e Política. Defendida em 09 de Agosto de 2020 e avaliada pela seguinte banca examinadora:



Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Sousa
Orientadora - PPGSOF/UFRR



Prof.^a Dr.^a Marcelle Ivie da Costa Silva
Membro Externo - UFRR



Prof.^a Dr.^a Mariana Cunha Pereira
Membro Interno – PPGSOF/UFRR

BOA VISTA, RR

2020

Dedico esta dissertação a minha família, pelo apoio e dedicação, pelo incentivo em buscar maiores conhecimentos e me tornar a pessoa que sou hoje. Obrigada por me incentivarem a sair da minha zona de conforto.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado é fruto não apenas do esforço pessoal, mas também do apoio de diversas pessoas que me incentivaram direta ou indiretamente, nessa fase da minha vida desafiadora e também gratificante.

Dessa forma, agradeço a Universidade Federal de Roraima por proporcionar a oportunidade de estudar no Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras, e que no mestrado pude relacionar as minhas duas graduações para a construção e finalização da minha dissertação.

Quero agradecer a minha professora orientadora Ana Lúcia de Sousa, por tudo que me ensinou nessa jornada, por toda paciência que teve comigo, pelas correções minuciosas e por toda compreensão que teve quando tive que me mudar de cidade devido ao meu trabalho.

Aos professores do mestrado que contribuíram para o meu amadurecimento acadêmico.

Agradecer a minha turma de mestrado, que nós ajudamos e seguimos fortes nessa caminhada de pouco mais de dois anos. Em especial a Amanda Araújo e Daiane Almeida, que mesmo na minha ausência, sempre me mantinham atualizada e me dando forças para que continuasse a jornada.

Agradecer a todos os funcionários e alunos da Escola Municipal Casimiro de Abreu que me receberam tão bem, em especial ao gestor Francimar Melo e ao vice gestor Cícero Sousa, obrigada pela paciência e carinho que tiveram comigo.

Com carinho a meus pais, Cláudia e Airton, ao meu irmão André, e ao meu noivo Daniel, que durante muitos momentos souberam compreender a minha inevitável ausência. A todo apoio e palavras de incentivo que só me motivaram, mais ainda para que eu pudesse seguir em frente, apesar de todas as dificuldades que surgiram durante a jornada.

Dedico este trabalho a todos que possuem o desejo de melhorar a educação em seus diversos contextos, principalmente em região de fronteira que deixa o processo ainda mais desafiador.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”.

Arthur Schopenhauer

RESUMO

A presente pesquisa aborda a temática das políticas públicas na educação refletindo sobre os impactos da migração venezuelana no espaço escolar e urbano do município de Pacaraima – Roraima, fronteira (Brasil – Venezuela), tendo como objetivo geral analisar as políticas públicas na área de educação na fronteira Brasil-Venezuela, averiguando os efeitos do contexto migratório desse serviço público a brasileiros e venezuelanos. A metodologia da pesquisa se caracteriza como descritiva, bibliográfica, e qualitativa, sob uma abordagem metodológica sistêmica, de caráter exploratório e participativo. Analisando assim, os conceitos de políticas públicas e a sua utilização na sociedade, identificando e verificando dessa forma, as políticas públicas oferecidas na área da educação, que atendem os brasileiros e venezuelanos atingidos pelos impactos da migração no município de Pacaraima.

Palavras-chave: Educação. Fronteira. Migração. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research addresses the theme of public policies on education reflecting on the impacts of Venezuelan migration on the school and urban space of the municipality of Pacaraima - Roraima border (Brazil - Venezuela), with the general objective of analyzing public policies in the area of education on the Brazil-Venezuela border, investigating the effects of the migratory context of this public service on Brazilians and Venezuelans. The research methodology is characterized as descriptive, bibliographic, and qualitative, under a systemic methodological approach, exploratory and participatory. Thus, analyzing the concepts of public policies and their use in society, identifying and verifying in this way, the public policies offered in the area of education, which serve Brazilians and Venezuelans affected by the impacts of migration in the municipality of Pacaraima.

Keywords: Border. Education. Migration. Public Policies

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Localização geográfica da Venezuela.....	20
Figura 02 -	Quantitativo de fluxos migratórios na fronteira Brasil – Venezuela (Pacaraima – RR 2017/2019).....	25
Figura 03 -	Ciclo das Políticas Públicas em Sete Passos.....	46
Figura 04 -	Localização Geográfica do município de Pacaraima-RR.....	49
Figura 05 -	Fluxo migratório de venezuelanos no Brasil-Pacaraima-RR 2017/2019.....	53
Figura 06 -	Fluxo de imigrantes no espaço urbano em Pacaraima/RR.....	57
Figura 07-	Fluxo de imigrantes na área de comércio em Pacaraima/RR.....	58
Figura 08 -	Aspectos socioambientais da migração venezuelana.....	59
Figura 09 -	Localização geográfica da Escola Municipal Casimiro de Abreu no município de Pacaraima/RR.....	61
Figura 10 -	Escola Municipal Casimiro de Abreu – Pacaraima/RR.....	62
Figura 11 -	Espaço Escolar: sala de informática, alunos na quadra e em sala de aula na Escola Municipal Casimiro de Abreu em Pacaraima/RR.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Descrição do quantitativo e funcionários da Escola Municipal Casimiro de Abreu (2020).....	61
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

%	Porcentagem
BR	Rodovia Federal
BV-8	Marco 8, na fronteira Brasil e Venezuela
KM	Quilômetros

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AVSI	Associação Voluntários para o Serviço Internacional
CADH	Convenção Americana de Direitos Humanos
CDIF	Comissão permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DOF	Departamento de Operações de Fronteiras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENAFRON	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
GEFRON	Grupo Especial de Segurança de Fronteiras
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MJ	Ministério da Justiça
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCN	Programa Calha Norte
PPDFF	Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PDN	Política de Defesa Nacional
PEIF	Programa Escolas Interculturais de Fronteiras
PEF	Plano Estratégico de Fronteiras
PEFRON	Policamento Especializado de Fronteira

PITRIG	Posto de Interiorização e Triagem
PMEMP	Plano Municipal de Educação do Município de Pacaraima
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PPGSOF	Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras
PRI	Posto de Recepção e Identificação
RNE	Registro Nacional de Estrangeiros
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras
UERR	Universidade Estadual de Roraima
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
	CAPÍTULO I – RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: FRONTEIRA INTERNACIONAL COM A REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA.....	19
1.1	FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA: Pacaraima e Santa Elena de Uairén.....	21
1.2	FRONTEIRA: APORTES CONCEITUAIS.....	26
1.3	A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E AS DIRETRIZES EM FRONTEIRAS INTERNACIONAIS.....	29
1.4	TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS EM REGIÕES DE FRONTEIRAS.....	32
	CAPÍTULO II – POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: A MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO ESPAÇO ESCOLAR E URBANO DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA - RORAIMA	39
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA EDUCACIONAL.....	39
2.2	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA – RR.....	49
2.2.1	A MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO ESPAÇO URBANO EM PACARAIMA-RR.....	52
	CAPÍTULO III – A ESCOLA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU....	60
3.1	A MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO ESPAÇO ESCOLAR EM PACARAIMA – RR.....	63
	CONCLUSÃO.....	78
	REFERÊNCIAS.....	82

INTRODUÇÃO

Por meio da pesquisa “Políticas públicas na área da educação na fronteira Brasil-Venezuela e a migração venezuelana”, analisamos os fatos que vêm ocorrendo, nos últimos anos, nessa região de fronteira, isto é, a intensificação da migração de venezuelanos para o Estado de Roraima. Para entender como esse processo migratório vem impactando a oferta de serviços básicos da educação e de que maneira o governo brasileiro vem lidando com essa nova situação que traz desafios, entre outros espaços, no âmbito das políticas públicas sociais.

O Estado de Roraima, localizado na região Norte do Brasil, possui limite com dois países: República Bolivariana da Venezuela e República Cooperativista da Guiana; em ambas acontecem a entrada de pessoas que vêm ao Brasil para utilizar os serviços básicos e públicos, como a educação. Essa pesquisa foi realizada na fronteira Brasil-Venezuela, e as políticas públicas ofertadas na área da educação no lado brasileiro da fronteira, na cidade de Pacaraima, tendo em vista a intensificação da imigração venezuelana para o Brasil, em particular para a nossa região.

Pacaraima é a primeira cidade brasileira, após cruzar a fronteira vindo da Venezuela, sendo um polo de atração. Com o aumento da população de migrantes venezuelanos entrando em busca dos serviços básicos surge o questionamento sobre as políticas públicas ofertadas na região. Tais questionamentos dizem respeito ao conhecimento da população urbana de Pacaraima sobre essas políticas; quem são os sujeitos e quem são os agentes públicos que a efetivam.

Todos os dias há notícias, por meio da mídia e das relações cotidianas, de venezuelanos entrando no país, sendo Pacaraima, cidade do Estado de Roraima que faz fronteira com a Venezuela, a principal porta de entrada, e mesmo que de forma temporária, utilizam os serviços públicos brasileiros. Este retrato demonstrou a necessidade de uma pesquisa científica que nos levasse a compreensão dessa realidade.

Com a pretensão de contribuir e ampliar os conhecimentos sobre a questão, a pesquisa reflete sobre a região de fronteira, e seus processos particulares, visando compreender os impactos da migração de venezuelanos nas políticas públicas na área de educação na fronteira Brasil-Venezuela.

Nesse sentido, buscamos identificar as principais políticas públicas na educação na fronteira Brasil-Venezuela e analisar o atendimento a brasileiros e

venezuelanos no setor educacional, assim como refletir sobre os acordos internacionais na área da educação e sua aplicabilidade no contexto fronteiriço estudado.

A pesquisa se caracteriza como descritiva, bibliográfica, e qualitativa, sob uma abordagem metodológica sistêmica, de caráter exploratório e participativo, pois busca analisar as causas e efeitos dos fenômenos que contribuem para análise dos conceitos de políticas públicas e a sua utilização na sociedade, explicando o conceito de políticas públicas, quem são os agentes públicos, os tipos e suas abordagens teóricas, já identificando e verificando as políticas públicas oferecidas na área da educação, a avaliação das políticas públicas educacionais existentes, analisando o processo e os possíveis impactos da migração nesse contexto as formas de atendimento de brasileiros e venezuelanos.

A revisão bibliográfica foi desenvolvida com o intuito de analisar os principais conceitos e abordagens sobre o contexto da fronteira Brasil e Venezuela, apresentando as cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén, sobre os acordos internacionais abordando os acordos internacionais entre o Brasil e a Venezuela, principalmente os que incluem a fronteira nas cidades de Pacaraima e Santa Elena na área da educação, bem como eleger os autores que norteiam a pesquisa.

Para melhor entendimento do leitor a pesquisa está dividida em seções. Na seção desta pesquisa intitulada “capítulo I”, discute sobre o contexto da fronteira Brasil e Venezuela, apresentando as cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén, utilizou-se os dados disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com seu panorama das cidades que possui os dados atualizados sobre a cidade de Pacaraima, local da pesquisa.

No item que trata, sobre os acordos internacionais, foram abordados os acordos internacionais entre o Brasil e a Venezuela, principalmente os que incluem a fronteira nas cidades de Pacaraima e Santa Elena na área da educação. Mas primeiramente são expostos o Protocolo de San Salvador¹ que versa sobre os Direitos Humanos dos migrantes e dos membros de sua família, o que inclui o direito a educação, independentemente de que país é originário e as suas causas para buscar outros países.

¹ Protocolo de San Salvador, realizada em novembro de 1988, em El Salvador. Com o objetivo de discutir sobre os direitos humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais, entre os países partes da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos.

A Presidência do Brasil, em 2017, instituiu a Lei de Migração, o que foi considerado pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos como um grande avanço feito pelo Brasil e principalmente a total rejeição da discriminação e da xenofobia, com a definição dos direitos e deveres do imigrante no país.

Na seção intitulada “capítulo II”, foram abordadas teorias que relacionam os conceitos de políticas públicas e a sua utilização na sociedade, explicando o conceito de políticas públicas, quem são os agentes públicos, os tipos e suas abordagens teóricas, já identificando e verificando as políticas públicas oferecidas na área da educação, a avaliação das políticas públicas educacionais existentes, analisando o processo e os possíveis impactos da migração nesse contexto as formas de atendimento de brasileiros e venezuelanos.

Usando principalmente os autores Souza (2013), com “*Políticas Públicas: uma revisão da literatura*”, que discute desde o início da construção do conceito e seus autores. O livro “*Políticas Públicas: conceitos, esquemas e análise*”, casos práticos do Secchi (2006), mostra os conceitos das políticas públicas, quais são os critérios de um problema para ser colocado na agenda, a elaboração e avaliação das políticas.

Para embasar a temática que trata sobre a educação, a dissertação da Paz (2016), “*Escolas bilíngues na fronteira: inclusão de discentes venezuelanos nas escolas municipais da área urbana de Pacaraima*”, mostra o acordo que existia entre as escolas de Pacaraima e Santa Elena de Uairén e como essa troca contribuía na aprendizagem dos alunos e professores. Göttems (2012), com a sua obra “*Direito Fundamental à educação*”, descreve a importância da educação para a vida em sociedade e a professora Alves (2010), na sua obra “*Infância e Imigração no contexto escolar português*”, debate sobre a questão da migração e a escola, sendo seu ponto principal a inserção do aluno estrangeiro na escola, a relação do aluno com o professor e com os seus colegas de sala de aula.

Nesta mesma seção, no item que trata, sobre a fronteira e migração, buscou-se enfatizar a fronteira, com enfoque sociopolítico e de identidades, procurando discutir diversos significados expostos por estudiosos sobre a temática. Num primeiro momento procurou-se apresentar os diferentes conceitos de fronteira. Para tanto foram usados Becker (2009), em seu livro “*Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*” é usada para definir o conceito de fronteiras, ponto muito importante para uma total compreensão. Na questão da Migração, Castro (2005), na

sua obra “*Estranhamentos e Identidades*”, traz a discussão do estrangeiro e o nativo. A questão das diferenças culturais é discutida por Laraia (2009), em seu livro “*Cultura: um conceito antropológico*”.

Na seção “capítulo III”, tem-se uma análise *in loco* na Escola Municipal Casimiro de Abreu, verificando como docentes e discentes interagem em sala de aula, como os gestores de escolas e os agentes públicos da secretaria de educação estão lidando com essa nova temática.

Assim, esperamos ter atingido o objetivo principal proposto, que é a análise das políticas públicas na área de educação na fronteira Brasil-Venezuela, averiguando os efeitos do contexto migratório desse serviço público a brasileiros e venezuelanos.

Foi adotado como procedimento metodológico, a pesquisa documental e bibliográfica sobre a temática, em arquivos públicos e de fontes estatísticas sobre a migração de venezuelanos para o Brasil no período de 2014 a 2019. Quanto a abordagem, o método usado nesta pesquisa foi a entrevista não diretiva ou aberta, o que permite a observação e descrição numa visão mais particular.

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Municipal Casimiro de Abreu e na Secretaria Municipal de Educação de Pacaraima. Para se obter uma percepção real das dificuldades encontradas pelos docentes e discentes e na Secretaria de Educação o questionamento sobre como estão sendo analisadas e colocadas em prática as políticas públicas educacionais e os acordos internacionais que ocorrem em Pacaraima e Santa Elena de Uairén.

CAPÍTULO I – RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: FRONTEIRA INTERNACIONAL COM A REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Os processos migratórios são complexos, e mais ainda as migrações transnacionais, por envolverem aspectos de fronteira nacional, soberania e processos de transculturação (RODRIGUES, 2006).

Roraima é o estado mais ao norte do Brasil mantendo-se isolado do resto do país por várias décadas. Porém é uma região estrategicamente limitada com a Venezuela ao norte e a leste com a República Cooperativa da Guiana, está de certa forma com as portas abertas para o comércio exterior. Roraima é um dos estados mais novos e um dos menos desenvolvidos do Brasil, fato esse que está relacionado por um estado recente e até então isolado do restante do país.

É significativo acentuar que a migração é um fator determinante no crescimento demográfico nas regiões de fronteira como Pacaraima, cidade que compõem a região de fronteira, sendo a referência nos serviços públicos e na relação comercial que envolvem os sujeitos sociais que fazem o trânsito migratório. Portanto, a alteração em seu quadro demográfico representa dados significativos de análise para a conjuntura socioeconômica e cultural da região fronteira.

O país conhecido como Venezuela ou República Bolivariana da Venezuela, é um Estado independente localizado no norte da América do Sul. Limita-se ao norte com o mar do Caribe; ao sul com o Brasil; a leste com a República Cooperativa da Guiana; e a oeste com a Colômbia sendo considerada uma região de fronteira (Figura 01).

A capital do país é a cidade de Caracas. Venezuela abrange uma área de 912 050 km² que corresponde ao seu território nacional. (Figura 01). Sua população é de aproximadamente 28,5 milhões de habitantes sua composição étnica é oriunda da miscigenação ameríndia com brancos de origem espanhola distribuídos principalmente em seus centros urbanos com destaque para a capital Caracas e a cidade de Maracaibo (FREITAS, 2000).

Figura 01 – Localização Geográfica da Venezuela



Fonte: SOUSA, *online*..

Seu clima e formação vegetal sofrem influência do relevo principalmente dos Andes, e variação do clima quente e úmido característico do bioma amazônico apresentando duas estações bem definidas (seca e chuvosa).

Devido sua formação geológica a Venezuela apresenta solo e subsolo com presença de uma enorme jazida de petróleo fazendo parte da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Esse recurso natural faz do país um dos grandes produtores de combustíveis fósseis do mundo. Percebe-se dessa forma, que o país sobrevive da econômica petrolífera sofrendo constantemente oscilações e instabilidade na sua economia local por conta das altas e baixas do preço do combustível no mercado mundial (FREITAS, 2000).

1.1 FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA: PACARAIMA E SANTA ELENA DE UAIRÉN

As fronteiras físicas entre países, existem devido a acordos feitos entre os Estados nacionais que definem qual o limite de cada um. O tema dessa pesquisa é a fronteira terrestre entre o Brasil e a Venezuela. Este é um espaço em que há muito intercâmbio de pessoas e que possui seu próprio movimento de entradas e saídas na fronteira.

Por muitos anos Pacaraima e Santa Elena de Uairén, foram cidades que possuíam uma convivência tranquila, com relação a ida e vinda de pessoas, com compra de mercadorias, uso dos serviços básicos no Brasil, inclusive a área da educação em que muitos venezuelanos estudavam em Pacaraima para aprender o português e brasileiros que estudavam na Venezuela para aprender o espanhol, ocorrendo a pluralidade cultural o que, por si, já justificaria uma política de inclusão social dos alunos venezuelanos nas escolas do município brasileiro (PAZ, 2016).

Estas cidades apresentam características de ser uma região de muita troca e que, em teoria deveriam ter regulamentações específicas na educação, saúde, segurança, meio ambiente, lazer e comércio. Afinal, todos estes elementos são compartilhados com pessoas de outros países que estabelecem relações de amizade e que acabam perdendo a noção do limite internacional, ocorrendo integrações em nível local que estão além dos Estados nacionais (FERNANDES, 2014).

A cidade de Pacaraima, também conhecida como vila de BV-8, está localizada na fronteira do Brasil com a Venezuela, e tem uma população de 17.401 pessoas, de acordo com a última estimativa de população do IBGE em 2019, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)² de 0,650 muito próximo da média nacional de 0,761 (IBGE, 2010). Apesar de estar acima da média, a cidade não possuía estrutura adequada para receber muitas pessoas em pouco tempo, antes mesmo da chegada dos venezuelanos.

Distante da capital de Roraima, Boa Vista, cerca de 215 km pela rodovia BR-174, único acesso rodoviário à cidade. O trajeto de Boa Vista à Pacaraima pode ser

² A medição do IDH é de 0 a 1, quanto mais próximo do 1 mais desenvolvido é o país. No ano de 2019 o Brasil ficou em 79º no ranking mundial, com 0,761 (BRASIL, 2010).

feito, em média, em duas a três horas de viagem, podendo sair da capital em um transporte particular, por táxi intermunicipal disponível no terminal de transporte intermunicipal, localizado no bairro Caimbé ou por ônibus que sai da rodoviária Internacional de Boa Vista, com horário fixo.

Já Santa Elena de Uairén, município ao sul do Estado Bolívar³, é a primeira cidade do outro lado da fronteira, longe de Pacaraima cerca de 18 km. Localidade de clima fresco, fato que atrai inúmeras pessoas que moram na capital Boa Vista, que queriam escapar do clima quente, além do comércio local que se mostrava atrativo para os brasileiros até a intensificação da crise.

Antes da atual crise venezuelana, os mercados daquele país eram sempre cheios de produtos alimentícios, higiênicos e utensílios para a casa. Muitos brasileiros faziam as suas compras do mês no país vizinho, uma vez que compensava economicamente, com o câmbio baixo⁴, que colocava a moeda brasileira com muito valor, a gasolina barata e produtos de qualidade, de acordo com o critério da população. Com a crise econômica e política, o comércio da região ficou afetado, com falta de mercadorias. Dessa forma, deixou de ser uma opção para os brasileiros.

Nesse contexto, que já se intensificava em 2014, a população venezuelana começa a migrar para outros países sendo o Brasil o quinto país mais procurado⁵ e, em particular, o Estado de Roraima, um dos destinos buscados por eles. É nesse cenário que se amplia a procura por atendimento nos serviços básicos do Brasil, notoriamente no município fronteiriço de Pacaraima, principalmente por educação e saúde. Nessa pesquisa, o tema central são as políticas voltadas para a educação e os impactos desse processo de migração nessa região fronteiriça.

³ “Bolívar é o maior Estado venezuelano, possuindo 233.498km², ou seja, 26% da área total do país e sua capital denomina-se Ciudad Bolívar. Este Estado está inserido em uma região conhecida como Guayana, localizado ao nordeste da América do Sul, compreendida entre o Oceano Atlântico e os rios Orinoco, Casiquare, Negro e Amazonas” (QUEIROZ; VIANA; LIMA, 2010, p.2).

⁴ 1 Bolívar equivale ao Real brasileiro cerca de R\$ 0,4399 centavos conforme a taxa de câmbio oficial (DÓLAR HOJE, 2019, *online*). Acesso 08 de março 2020.

⁵ Conforme o ACNUR Brasil, a Agência da ONU para refugiados, a Colômbia é o que mais recebe migrantes e refugiados da Venezuela, com mais de 1,1 milhão, o Brasil fica na quinta posição com 96 mil (UNHCR, 2019).

Para melhor análise dessa nova dinâmica da fronteira Brasil-Venezuela, faz-se necessário entender e conhecer os acordos internacionais a que estão sujeitos os dois Estados nacionais, com intuito de analisar sua pertinência e exequibilidade nessa região fronteiriça.

O estado de Roraima situa-se no extremo norte do país em região de fronteira o que favorece a entrada e saída de pessoas oriundas de países vizinhos como Guiana e Venezuela. Atualmente o estado vem apresentando um cenário socioespacial com grande contingente de pessoas vindas da Venezuela em busca de melhores condições de vida. Todavia, vale lembrar que essas pessoas não escolhem o estado especificamente por ter um futuro promissor, ou porque buscam os melhores postos de trabalhos. Tendo em vista a baixa capacidade do estado de gerar emprego para os recém-chegados (GALDINO, 2018).

A chegada desses imigrantes tem causado um enfrentamento de resistência por parte da população local, que teme ameaça de um colapso tanto na saúde, quanto na educação, bem como na segurança pública por se tratarem de necessidades básicas já precárias para os que aqui habitam.

Outro fator social está relacionado à questão da divergência cultural, como a questão da língua. Além disso, essas pessoas que adentram o estado praticamente se sentem ameaçados com a perda dos seus direitos em decorrência da crise econômica e política em seu país de origem (BOAS; BORGES, 2018).

A situação política na Venezuela começou a se agravar após a morte do Presidente Hugo Chávez em 2013, quando Nicolas Maduro assumiu a presidência da Venezuela. A conjuntura começou a mudar com a crise econômica, que intensificou a crise política, deixando a situação mais precária para a população venezuelana, com dificuldades de sobrevivência, devido a altíssima taxa de inflação, que tornou impraticável a vida de amplos setores populacionais, levando-os a buscar em outros países as condições adequadas para viver.

O Brasil passou a ser, então, um dos destinos desses migrantes, sendo o Estado de Roraima a porta de entrada. A cidade de Pacaraima, por ser a região de fronteira com aquele país, tem recebido cotidianamente uma média de 500 a 600 venezuelanos que atravessam a fronteira (FERREIRA, 2020), esses por não terem condições de alugarem um lugar acabam dormindo na rua e ficam assim até que consigam ajuda pelas ONG's, pelo governo ou quando conseguem emprego.

A porta de entrada para o Brasil e para a legalização de documentos, se faz por meio da Operação Acolhida, que foi criada no início de 2018, pelo Governo Federal, que conta com o apoio das Agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e organizações da sociedade civil. Trata-se de uma assistência emergencial no acolhimento dos venezuelanos em situação de vulnerabilidade. Todos os envolvidos na Operação buscam viabilizar a questão humanitária no Brasil, que é baseada em três eixos: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização (R4V, 2019).

Ao entrarem no Brasil, as pessoas passam pelo Posto de Recepção e Identificação (PRI) e pelo Posto de Interiorização e Triagem (PiTrig) de Pacaraima, a maioria das pessoas não ficam no Alojamento BV8, lugar onde as pessoas que estão em processo de documentação (tomando as vacinas necessárias, emitindo os protocolos de refúgio ou residência e CPF), podem ficar alojadas enquanto concluem a documentação. Essa situação evita, que muitos durmam na rua e não finalizem o processo.

Apesar do número de pessoas que passam diariamente pela Operação, ser considerado alto, muitos conseguem terminar o processo de documentação em até dois dias e seguem caminho para Boa Vista e/ou para outras regiões do país (por terem familiares ou pessoas conhecidas em outros lugares). Aos que ficam temporariamente no alojamento BV-8⁶, estes esperam abrigamento⁷ ou interiorização⁸, e que corresponde a um número inferior ao número de entrada diária pelos postos da Operação Acolhida.

No início de dezembro de 2018, foi realizada a 8ª Reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial, criado com a finalidade de dar atenção a questão migratória dos venezuelanos. O governo federal em parceria com o Ministério da Defesa coordena o operacional das três frentes, que são o ordenamento da fronteira, o acolhimento e a interiorização. No decorrer da reunião a

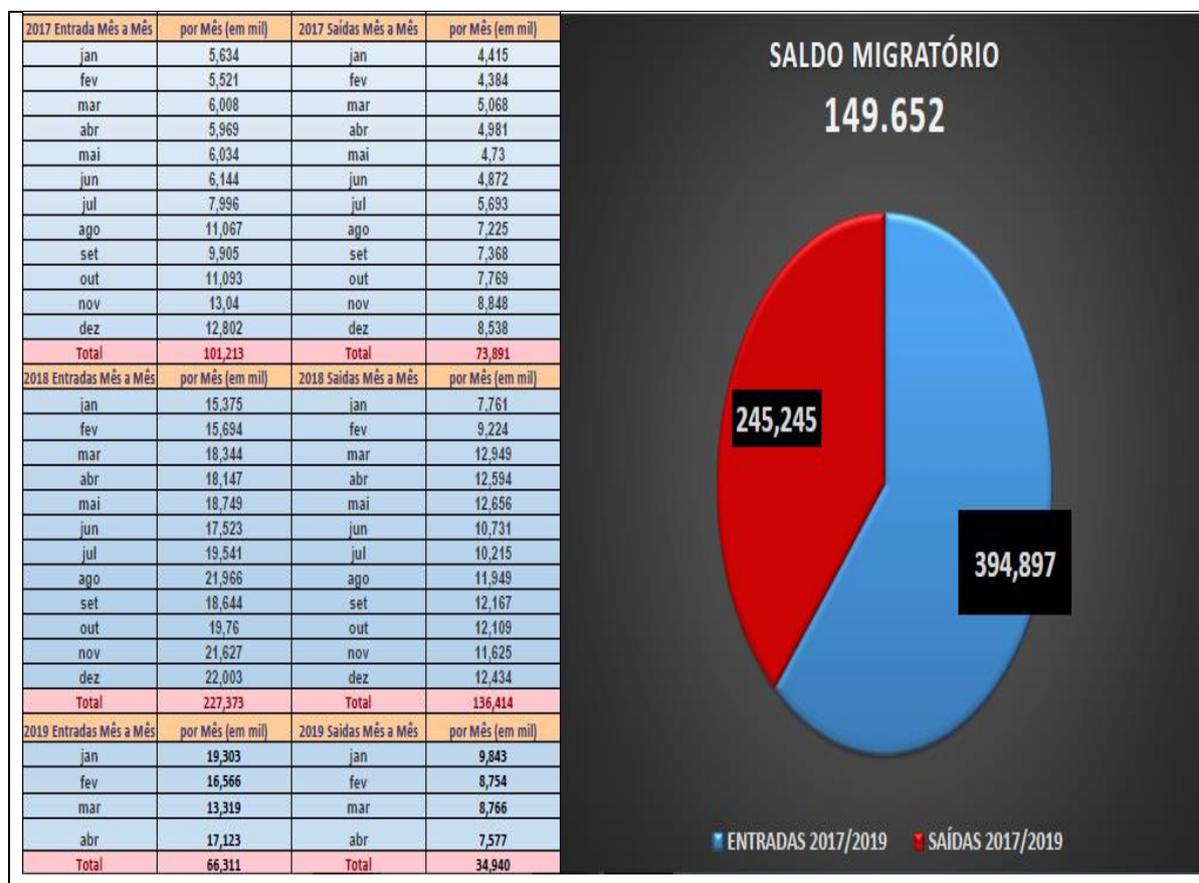
⁶ Por estar trabalhando na Operação Acolhida, como Oficial de Registro e Dados da Associação de Voluntários para o Serviço Internacional – Brasil (AVSI – Brasil) em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), há o conhecimento do quantitativo que passa todos os dias pelos postos de triagem instalados em Pacaraima, em especial do número de pessoas que pernoitam e de pessoas alojadas esperando viagem por abrigamento ou interiorização.

⁷ Modalidade que corresponde a transferência do beneficiário, de um abrigo a um outro abrigo, no caso sai de Pacaraima e vai para algum abrigo de Boa Vista, sendo o ACNUR responsável por esse deslocamento.

⁸ Modalidade que corresponde ao deslocamento voluntário do beneficiário a outras partes do Brasil, a OIM e o Exército Brasileiro são os responsáveis.

Polícia Federal atualizou os dados migratórios com relação aos venezuelanos a nível nacional, e na figura abaixo a nível de Roraima (AGUIAR, 2018).

Figura 02 – Quantitativo de Fluxos Migratórios na fronteira Brasil – Venezuela (Pacaraima – RR 2017/2019)



Fonte: BRASIL, 2020.

Dessa forma, o cenário atual que Roraima tem apresentado, em virtude do processo migratório de venezuelanos no estado, em especial na região de Pacaraima, no qual o intenso tráfego de pessoas tem provocado instabilidade na população, que se sente ameaçada com relação a oferta dos serviços essenciais, como a educação. Tal situação requer medidas nas políticas públicas educacionais para atender a rede de ensino que necessita se adequar em relação à migração venezuelana no estado de Roraima e seu impacto social na sociedade roraimense.

1.2 FRONTEIRA: APORTES CONCEITUAIS

A presente pesquisa foi realizada no espaço fronteiriço entre o Brasil e a Venezuela. Becker (2009, p. 20), afirma que fronteira pode ser compreendida da seguinte forma “[...] como um espaço não plenamente estruturado, e por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas”. As fronteiras geopolíticas existem devido a acordos firmados entre os países limítrofes, sendo alvos de política internacional e, portanto, atentos as relações diplomáticas entre os Estados nacionais.

A fronteira por si só tem a sua natureza, traçadas em termos de soberania nacional, definida por meio de acordos, e é nesta área que se analisam as zonas de possíveis conflitos. As fronteiras podem ser delimitadas por obstáculos terrestres, construído ou não pelo homem como é o caso de serras ou montanhas, além das fluviais e das marítimas. É comum que as fronteiras sejam vigiadas para evitar a entrada ilegal de pessoas, de produtos proibidos ou ilícitos (DIAS, 2013).

As definições de fronteiras podem ser caracterizadas como Faixas de Fronteira, Linhas de Fronteira, Zonas de Fronteira, Fronteira Natural e Fronteira Artificial. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Faixa de Fronteira tem a definição de até 150 km de largura, ao longo da linha de fronteira, como está bem explicado no Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PPDFF):

[...] uma faixa de até 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, que abrange 588 municípios de 11 Unidades da Federação [...] essa área corresponde a 27% do território brasileiro e reúne uma população estimada em dez milhões de habitantes. O Brasil faz fronteira com dez países da América do Sul e busca a ocupação e a utilização da Faixa de Fronteira de forma compatível com sua importância territorial estratégica (BRASIL, 2009, p.13).

Desenvolver essa faixa é de interesse nacional e até mesmo internacional, já que é um lugar estratégico não só para a integração entre as cidades limítrofes, mas também para a prevenção de possíveis ameaças. As regiões da faixa de fronteira em sua maioria são regiões complexas nas relações com os seus vizinhos, já que vão além das interações econômicas e culturais (BRASIL, 2009).

Linha de Fronteira, segundo Borba (2013) é constituída pela linha imaginária, que pode ser natural ou artificial, segue o traçado estabelecido por meio de tratados internacionais. A linha tem a ideia de organizar simbolicamente a vida dos habitantes das cidades fronteiriças, funcionando com critérios de confiança, oportunidades, qualidades, comportamentos e outros.

Os termos Fronteira Natural e Fronteira Artificial, dizem respeito às delimitações de cada região ou território. Segundo Azambuja (2008), a diferença entre os dois é de que os naturais são formados por rios, serras e outros acidentes geográficos, enquanto que as artificiais, não havendo naturalmente os pontos de referência geográfica, são delimitadas por linhas geométricas, assinaladas por marcos divisórios feitos pelo homem.

Mais uma definição a ser utilizado é o de Zona de Fronteira. No ano de 2005, foi estudada e escrita a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira e está define “[...] é composta pelas ‘faixas’ territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional das interações transfronteiriças” (BRASIL, p. 152).

Azambuja (2008) compreende que a Zona seja o conceito mais importante tanto na área política, quanto na econômica, militar e moral entre os países fronteiriços, pois está não serve apenas para a separação entre eles, mas sim para uma integração entre as culturas, os interesses de cada um e os objetivos diferentes que cada um deseja alcançar, assim como a compreensão do fenômeno migratório internacional.

Afinal, a Zona de Fronteira tem a caracterização de ter, em algumas fronteiras, a interação entre as cidades gêmeas, e para que uma cidade seja definida como tal, não precisa que ocorra o processo de conurbação⁹ com o país vizinho, o que favorece o processo de integração entre os países, percebido, às vezes, apenas em escala regional/local. Campos (2014) comenta que definir as cidades gêmeas é importante devido à necessidade que esses municípios têm por políticas públicas, por estarem em área de fronteira sendo um fator importante na integração sul-americana.

⁹ “[...] ocorre quando uma cidade passa a absorver núcleos urbanos localizados a sua volta, pertençam eles ou não a outros municípios. Uma cidade absorve outra quando passa a desenvolver com ela uma ‘intensa vinculação socioeconômica’” (VILLAÇA, 1997, p. 06).

Segundo a classificação do Ministério da Integração Nacional, publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de maio de 2014, por meio da Portaria nº 125, as cidades de Pacaraima no Brasil e Santa Elena de Uairén na Venezuela, são consideradas cidades gêmeas, devido à proximidade, o que faz com que as interações sociais e econômicas aconteçam como se fosse numa só cidade.

Estas cidades têm a característica de ser uma área de muito intercâmbio e que, em teoria, deveriam ter regulamentações específicas na educação, saúde, segurança, meio ambiente, lazer e no comércio. Afinal todos estes elementos são compartilhados com pessoas de outros países que estabelecem relações de amizade e que acabam perdendo a noção do limite internacional, ocorrendo integrações em nível local nas quais o Estado não intervém (FERNANDES, 2014).

Por serem qualificadas como cidades-gêmeas, estas deveriam ser ponto prioritário na elaboração das políticas públicas, devido as relações que se estabelecem nessas regiões, e que acabam compartilhando serviços públicos um do outro. Em consequência dessa situação a fronteira se torna um desafio para a soberania do Estado, por ter que fiscalizar e controlar.

A elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da área de fronteira são dificultadas por barreiras legais, diplomáticas, falta de articulação do território com o centro político-decisório do país, e, em sua maioria, dos próprios estados a que pertencem, conseqüente falta de informações sobre a região e o elevado grau de informalidade de diversas ações executadas na linha de fronteira (BRASIL, 2010, p. 28).

A fronteira, em especial na parte da educação, é um tema pouco discutido e as políticas públicas dessa região acabam não sendo específicas para cada necessidade fronteiriça, a causa disso talvez seja pela “[...] tradição institucional nacional brasileira em relação as suas fronteiras, sejam elas simbólicas, políticas ou, como em alguns casos, fruto do entrecruzamento das duas vertentes” (PEREIRA, 2009, p. 53).

A fronteira é um local onde se compartilha de quase tudo, então é difícil demarcar quem pode usar tal serviço e quem não, ainda mais quando a vida humana e suas perspectivas estão em risco (ASSIS, 2016). Mas há a necessidade de se pensar em políticas de médio e longo prazo para a integração com a população local, garantindo acesso à educação, saúde e também a um emprego.

Além de que o Brasil, com sua dimensão continental, que se limita com vários países da América do Sul, ainda tem presente, um sentimento de hostilidade, na sociedade, com teor xenofóbico e racista com alguns grupos de imigrantes. Em Roraima, muitos passaram a culpar os venezuelanos pela insuficiência de recursos na educação, saúde e segurança, como será visto no próximo ponto sobre migração.

1.3 A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E AS DIRETRIZES EM FRONTEIRAS INTERNACIONAIS

Para início de reflexão sobre os aspectos constitucionais da República Federativa do Brasil é fundamental explicar sobre os princípios constitucionais fundamentais, elucidando primeiramente o princípio republicano, que foi introduzido no Brasil por meio da Constituição de 1891, a partir do declínio do modelo imperial outorgado e vigente desde 1824.

Nessa perspectiva, a constituição de 1988, prevê no Art. 3º que constituem os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e a marginalização e reduzindo as desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação¹⁰.

No que tange suas relações internacionais o Art. 4º da Constituição da República Federativa do Brasil rege suas relações internacionais pelos seguintes princípios: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político.

¹⁰ Art. 3º: I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Dessa forma, o país dentro da legalidade constituinte busca de forma diplomática mediante o parágrafo único do Art. 4º que rege suas relações internacionais, a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações¹¹.

A interpretação desse presente artigo permite os primeiros laços de integração migratória do Brasil com seus países vizinhos, como se pode perceber no Art. 21 que versa sobre as competências da União no que tange as matérias de interesse nacional abrangendo, entre outras, as relações internacionais, defesa do território, a paz interna, as contratações nacionais de alta complexidade e a política econômica.

Esse artigo prevê que o Brasil deve manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais; permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneça temporariamente. O complemento dessas competências está previsto ainda no Art. 22, inciso XV que prevê os casos de “emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros”.

Todos esses tramites devem ocorrer sem ferir os direitos e deveres individuais e coletivos dos não nacionais e dos brasileiros como previsto no Art. 5º que rege que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes¹² no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Com relação às diretrizes em fronteiras internacionais, Scherma (2016) menciona que após o processo de redemocratização do país, o Brasil passou a desenvolver políticas de defesa e segurança por meio de projetos e programas com objetivo de alavancar o desenvolvimento socioeconômico do país, criando uma

¹¹ Art. 4º: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político.

¹² Em conformidade com o Art. 5º Constituição Federal, o estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição e das leis e sempre que lhe for exigido por qualquer autoridade ou seu agente, o estrangeiro deverá exhibir documento comprobatório de sua estada legal no território nacional.

cooperação com os vizinhos, no sentido de diminuir os problemas sociais e políticos que possam vir a colocar em xeque a soberania e a segurança do país.

Dentre os programas e projetos que visam às políticas de fronteiras internacionais pode-se citar o Tratado de Cooperação Amazônica (1978), o Programa Calha Norte (PCN) (1985), as políticas de cooperação com os vizinhos, desenvolvida pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) que visava a promoção econômica e social da faixa de fronteira, as políticas de fomento ao desenvolvimento, do governo Lula (2003-2010), e o Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (SISFRON), no governo Dilma (2011-2014) (SCHERMA, 2016).

Nesse tocante é fundamental citar o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PPDFF) que prevê:

O fortalecimento das regiões de fronteira e de seus subespaços, envolvendo a Amazônia, a região central e o Mercosul, configura-se como uma oportunidade de adquirir a competitividade necessária para o desenvolvimento sustentável integrado com os países da América do Sul (BRASIL, 2009, p. 10).

Essas diretrizes das fronteiras internacionais brasileiras conforme, Costa (2017) foram revisadas na última versão da Política de Defesa Nacional (PDN), no governo Lula, ressaltando o seguinte texto com ênfase para a defesa, segurança, soberania do Brasil:

I – segurança é a condição que permite ao país a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais; II – defesa nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2005, p. 9).

Sendo assim, a Política de Defesa Nacional (PDN) reconhece ainda a necessidade da cooperação e do desenvolvimento como fatores fundamentais para a garantia da defesa ressaltam que:

Entre os processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul, da Comunidade Andina de Nações e da

Comunidade Sul-Americana de Nações; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (BRASIL, 2005, p. 13).

Diante desse contexto, Scherma (2016, p. 70) destaca as três diretrizes estratégicas e fundamentais da segunda PDN, que envolvem diretamente as relações de fronteiras internacionais do Brasil que consiste em aprimorar, implementar e atuar na manutenção da defesa das fronteiras, aprimorando a vigilância, o controle e a defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo nacional. Essas medidas servem para implementar ações para desenvolver e integrar a região amazônica, com apoio da sociedade, visando, em especial, ao desenvolvimento e à vivificação da faixa de fronteira. E atua diretamente para a manutenção de clima de paz e cooperação nas áreas de fronteira.

É importante mencionar que essas políticas internacionais servem para fortalecer e intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas da América do Sul contribuindo ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional com ênfase no desenvolvimento de base industrial que servem de alicerce para o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil (COSTA, 2017).

1.4 TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS EM REGIÕES DE FRONTEIRAS

As políticas que regem os tratados e convenções internacionais em regiões de fronteiras do Brasil estão voltadas para as medidas estratégicas e geopolíticas, que permeiam o processo de entrada e saída de bens e pessoas a partir do ponto de vista da defesa e da segurança sem ferir a política internacional dos direitos humanos.

Deste modo, a maior parte das políticas para as fronteiras tem cunho político, militar e econômico como o plano de Estratégia Nacional de Defesa (END), Programas Calha Norte e de Plano de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) e o SISFRON, e a I Convenção e Corte Internacional de Direitos Humanos.

No que tange as políticas de cunho militar/econômico o Decreto, nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, cita a Estratégia Nacional de Defesa (END) como um mecanismo de defesa das fronteiras brasileiras mencionando que:

END também compartilha do pressuposto de que defesa e desenvolvimento estão profundamente atrelados. Estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a nação. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento (BRASIL, 2008, p. 12).

Com relação aos Programas Calha Norte e do Plano de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PPDFF), Scherma (2016) frisa que esses programas têm o objetivo de compatibilizar os esforços de desenvolvimento fomentados pelo governo às políticas de defesa.

O Ministério da Defesa e o Ministério da Integração Nacional desenvolverão estudos conjuntos com vistas à compatibilização dos Programas Calha Norte e de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e ao levantamento da viabilidade de estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APL), com ações de infraestrutura econômica e social, para atendimento a eventuais necessidades de vivificação e desenvolvimento da fronteira, identificadas nos planejamentos estratégicos decorrentes das hipóteses de emprego (BRASIL, 2008).

Nessa perspectiva, Cornetet (2014) evidencia que os últimos governos do Partido dos Trabalhadores, elucidaram bastante para o desenvolvimento das políticas de fronteiras, objetivando afirmar o Brasil como grande líder da América Latina.

Consideramos que o [atual] governo segue com os mesmos objetivos na esfera internacional mantidos pelo anterior – incluindo a obtenção de desenvolvimento por meio da diversificação de parceiros comerciais e a afirmação do Brasil como líder regional –, mas a diplomacia de Dilma busca esses objetivos com menos ativismo e com mais limitações externas. Dessa forma, a mudança principal consistiria em uma contenção dos esforços da diplomacia brasileira. A hipótese secundária, sobre a causa dessa mudança, consiste na de que a contenção realizada pelo governo atual foi causada, principalmente, pelo perfil administrativo da nova presidente e pela conjuntura internacional, marcada por uma crise econômica persistente e por instabilidade política em algumas regiões, o que constrange a ação do Brasil (CORNETET, 2014, p. 111-112).

Nesse contexto, Scherma (2016, p.73) cita que além das políticas do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) e o SISFRON, outras iniciativas, foram implementadas como o Policiamento Especializado de Fronteiras (PEFRON), o Grupo Especial de Segurança de Fronteiras (GEFRON), o Departamento de Operações de Fronteira (DOF) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça (MJ), e também a partir da realização de seminários que contaram com a participação de acadêmicos, civis e militares, foram base para o lançamento do PEF, em 2011.

A Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) é um:

Conjunto de políticas e projetos do governo federal, que tem por finalidade melhorar a percepção de segurança pública junto à sociedade e garantir a presença permanente das instituições policiais e de fiscalização na região de fronteira do Brasil, otimizando a prevenção e a repressão aos crimes transfronteiriços, por meio de ações integradas de diversos órgãos federais, estaduais e municipais. Tendo como objetivos: promover a articulação dos atores governamentais, das três esferas de governo, no sentido de incentivar e fomentar políticas públicas de segurança, uniformizar entendimentos e ações e otimizar o investimento de recursos públicos nas regiões de fronteira; e enfrentar os ilícitos penais típicos das regiões de fronteira e promover um bloqueio e a desarticulação das atividades de financiamento, planejamento, distribuição e logística do crime organizado e dos crimes transnacionais, cujos efeitos atingem os grandes centros urbanos e a sociedade brasileira com um todo (BRASIL, 2011a).

Com relação às políticas do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) instituído pelo Decreto no 7.496, de 8 de junho de 2011, é possível estabelecer que o PEF visa “o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira” (BRASIL, 2011a).

Entretanto, os tratados e convenções internacionais em regiões de fronteiras do Brasil respeitam ainda as leis e políticas internacionais como a observada na I Convenção e Corte Internacional de Direitos Humanos que, conforme Veras (2010) consiste em um tratado internacional conhecido também como Pacto de São José da Costa Rica, que foi pactuado entre os Estados-Membros da Organização dos Estados da América (OEA).

Esse tratado dispõe sobre as políticas de fronteiras considerando em suma a política da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), que rege a

proteção e promoção dos direitos humanos nas Américas assegurando os direitos dos povos que se encontram em trânsito em função dos diversos fatores que motivam as migrações. Dessa forma, a CADH em seu artigo 22, que se refere sobre o Direito de Migração mencionando o direito de circulação e de residência, rege que:

Toda pessoa terá o direito de sair livremente de qualquer país, inclusive de seu próprio país. Ninguém pode ser expulso do território do Estado do qual for nacional e nem ser privado do direito de nele entrar. O estrangeiro que se encontre legalmente no território de um Estado-parte na presente Convenção só poderá dele ser expulso em decorrência de decisão adotada em conformidade com a lei. É proibida a expulsão coletiva de estrangeiros (CADH, artigo 22).

Sem embargo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) menciona que:

O direito internacional dispõe que os países têm tanto o direito como a obrigação de criar mecanismos para controlar a entrada de estrangeiros em seu território bem como sua saída desse mesmo território. Dispõe também que as ações nesse sentido devem ser realizadas com o devido respeito aos direitos das pessoas afetadas e que a observância de princípios fundamentais como a não discriminação e o direito a integridade pessoal não pode subordinar-se à implementação dos objetivos das políticas públicas (CIDH Resolução 3/08).

Sendo assim, fica evidente que os direitos atribuídos a pessoa humana são superiores ao poder do Estado, no que tange a garantia legal desses direitos. Assim, é dever do Brasil, juntamente com os demais Estados Nacionais pensarem e repensarem a criação ou atualização de mecanismos que possam efetivar as políticas migratórias que permeiam as relações de fronteiras entre o Brasil e seus países vizinhos.

Dessa forma, a seguridade desses direitos é conferida mediante aos Acordos e Relações Internacionais estabelecidos entre as partes. Logo, a presente pesquisa parte dos estudos das Relações Internacionais, com destaque para a indicação dos acordos internacionais a nível mundial e local no caso da região fronteira Brasil (Pacaraima) e Venezuela (Santa Elena Uairén). Marinho (2008) define as Relações Internacionais como uma interação externa entre os diversos atores, as relações políticas, econômicas e sociais dos diferentes Estados que vão

além da fronteira entre eles. É um campo interdisciplinar que envolve poder, diplomacia, Estados, regimes e ordens internacionais.

O Protocolo¹³ de San Salvador é uma parte adicional à Convenção Interamericana sobre os Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais. Os países-membros são os mesmos que participaram do Pacto de San José¹⁴, que foi a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, este serve de reafirmação sobre os direitos essenciais do homem (CIDH, s/d).

O artigo 13, do Protocolo de San Salvador, diz respeito ao Direito à Educação. Onde toda pessoa tem o direito à educação, em especial os Estados-membros que possuem o dever de oferecer educação digna, de qualidade, plural e com liberdade. Tornando-se uma educação acessível, obrigatória, de qualidade e gratuita proporcionando um ensino que incentiva as pessoas a participarem da sociedade de forma efetiva, respeitando a pluralidade (CIDH, s/d).

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)¹⁵, esclarece quais são os objetivos centrais do Protocolo de San Salvador “[...] os direitos essenciais do homem não derivam do fato de ser ele nacional de determinado Estado, mas sim do fato de ter como fundamento os atributos da pessoa humana, razão por que justificam uma proteção internacional [...]” (CIDH, s/d).

Busca-se com este Protocolo, esclarecer que o objetivo central não seja desrespeitado e que jamais ocorra a violação dos direitos. Considerando que há uma estreita relação não somente com os direitos humanos e sim com todos os direitos válidos relacionados à cultura, saúde, educação, ao social, o econômico e aos civis e políticos de cada ser humano livre (CIDH, s/d).

O protocolo de San Salvador, reafirma a necessidade que há em garantir os direitos básicos, mesmo que este já tenha sido discutido várias vezes, mas somente o debate e a reafirmação sobre o assunto é que chegarão à perfeição e proteção desses direitos. Sobre a educação o Protocolo de San Salvador, define no artigo 13, “1. Toda pessoa tem direito à educação” (CIDH, s/d).

¹³ Guimarães (2009) em seu livro define Protocolo, como um termo usado de forma indistinta, seja ele um Tratado bilateral ou multilateral, consistindo em uma etapa complementar de um Tratado Internacional. Ou seja, trata-se de um Tratado secundário que está ligado a um Tratado principal.

¹⁴ Foi sediada em São José da Costa Rica e que fica garantida a vigência da Convenção de 1969, que possui como propósito o respeito a pessoa humana, independentemente de ser um nacional ou não.

¹⁵ “Órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), encarregado da promoção e proteção dos Direitos Humanos no continente americano” (OEA, s/d).

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), afirma que o Brasil tem um papel pioneiro e de liderança na proteção internacional de refugiados, tendo formulado uma das legislações mais modernas sobre o tema no mundo. O Estatuto dos Refugiados, criado em 1951 é um instrumento amplo que assegura os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos seres humanos em situação de refúgio (GAZZOLA, 2018).

O Brasil implementou o Estatuto dos Refugiados por meio da Lei 9.474/97, e em seu item III do Art. 1º define que será reconhecido como refugiado todo indivíduo que “devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país”. Desta maneira, qualquer ser humano que se encaixe nesse requisito pode solicitar refúgio no Brasil, assim que estiver em território brasileiro (GAZZOLA, 2018).

Foi criado o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), em parceria com o Ministério da Justiça em conformidade com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 com a implementação das demais fontes do Direito Internacional. Ele é o responsável em analisar, conceder e até mesmo determinar a perda do status de refugiado (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1997)

Há duas maneiras pelas quais o fluxo migratório que vem da Venezuela, país membro-pleno do Mercosul desde 2012, pode entrar no território brasileiro, pelo pedido imediato de refúgio ou de residência temporária, por dois anos, convencionada pelo acordo Mercosul e que ao fim deste prazo pode solicitar permanência no país. Ambos garantem a igualdade de direitos e as liberdades civis, socioeconômicas e culturais dos nacionais brasileiros (GAZZOLA, 2018).

No dia 24 de maio de 2017, a Presidência do Brasil instituiu a Lei 13.445, ficando conhecida como a Lei de Migração, esta substituiu o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80), estabelecendo novos princípios e garantias ao migrante. Segundo Novo (2018) o Estatuto do Estrangeiro deixa claro que “a lei é bastante inovadora e está em consonância com obrigações assumidas pelo Brasil. A antiga lei adotava uma postura de segurança nacional e de criminalização do estrangeiro”.

A nova lei migratória repudia expressamente a discriminação e a xenofobia, sendo criada em concordância com princípios e direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988. A desburocratização deveria facilitar a inclusão do migrante e o processo para que obtenham seus documentos, regularizando assim

sua situação no país, combatendo a segregação social a que muitos estão sujeitos (NOVO, 2018).

No artigo primeiro, a Lei define para quem e para que essa lei foi criada, com os deveres e direitos do migrante ou visitante no país, tendo em vista as diretrizes e políticas públicas para o emigrante. O artigo 3º define, no inciso X a inclusão social do migrante por meio de políticas públicas; o XI define que os migrantes devem possuir acesso livre e igualitário nos serviços e benefícios sociais, assim como o inciso XVI define que deve ocorrer integração e desenvolvimento na fronteira por meio de políticas públicas. No artigo 4º, inciso X, são garantidos aos migrantes acessos aos serviços públicos de saúde e educação (BRASIL, 2017).

Os migrantes precisam ser acolhidos, para que possam integrar na sociedade brasileira, e, com a nova lei, está previsto abrir caminho com políticas públicas específicas para essa população, com um acesso igualitário e livre aos serviços públicos, benefícios, participação na formulação, execução e avaliação das políticas migratórias, fato que a CIDH comemora, a aprovação e a sanção da nova lei, sendo a primeira reforma migratória integral realizada no Brasil (NOVO, 2018).

Com essa nova Lei, o termo “estrangeiro” foi retirado, observando-se que o direito de migrar se faz presente no Direito Internacional. Deixando o imigrante de ser visto como uma ameaça à segurança nacional, mostrando que é uma pessoa de direitos, com deveres e direitos nessa nação que é respaldada pelo seu espírito de Estado democrático de direito (LESSA; OBREGON, 2018). Observando também que o contato com outras culturas ajuda a quebrar preconceitos e a enriquecer a diversidade cultural.

O Decreto 9.199 de 20 de novembro de 2017 regulamenta a Lei 13.445, que institui a Lei de Migração, este insere alguns pontos como a definição de Refugiado, como pessoa que recebe proteção do Estado brasileiro, deixando mais claro ao imigrante seus deveres e direitos dentro do Brasil. Reconhecendo o migrante independentemente da sua nacionalidade, comprometendo-se com as obrigações assumidas por meio de Tratados assinados com relação aos Direitos Humanos.

CAPÍTULO II – POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: A MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO ESPAÇO ESCOLAR E URBANO DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA - RORAIMA

O capítulo analisa o contexto das políticas públicas na educação e a questão da migração venezuelana no espaço urbano em Pacaraima – RR. As políticas públicas educacionais fazem parte das políticas sociais do país, mas formulá-las não é uma tarefa fácil, já que é preciso abranger todo o público que nele está inserido e será afetado pela política. A proposta é fazer uma educação de qualidade e que possui apoio na legislação.

Na construção do capítulo abordamos as características gerais da área de estudo, apresentando a localização geográfica e caracterização física e histórica, assim como uma contextualização da questão migratória no município de Pacaraima – Roraima.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA EDUCACIONAL

Pensar a função do Estado e sua relação com a sociedade não é um assunto novo, ao longo dos anos as ações governamentais e políticas públicas foram estudadas e analisadas por diferentes perspectivas. Em cada época o Estado agiu em conformidade com o momento político, social, econômico e analisar as políticas públicas implica conhecer o processo histórico no qual elas estão inseridas.

Os estudos sobre políticas públicas, se deram inicialmente na Europa, abordando mais o Estado e suas instituições, e nos Estados Unidos, onde surge no meio acadêmico. De acordo com Souza (2006, p.22), “na área de governo propriamente dito, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências”.

A palavra política, de origem grega, faz referência ao Estado e a coletividade, mas foi adquirindo significados diferentes historicamente. Um elemento central, no entendimento do termo, é que este está sempre relacionado as diferentes relações de poder no âmbito das relações sociais. Para Cavalcanti (2007, p.26) [...] “pode significar uma política desenvolvida no âmbito público. Por exemplo, quando

se fala das políticas de educação”. Assim como resolver questões de grupos que possuem interesses divergentes.

Em inglês há mais facilidade em diferenciar o termo política, com as palavras *politics* e *policy*. A primeira está relacionada a uma pessoa fazendo a atividade, buscando os recursos necessários para o exercício do poder e a segunda palavra é mais decisão e ação. De uma forma geral, “políticas públicas tratam do conteúdo conceitual e do conteúdo simbólico de decisões políticas, do processo de construção e atuação dessas decisões” (SECCHI, 2013, p.1).

Ramos (2013, p.16) define as Políticas Públicas como “[...] uma daquelas expressões cujo uso foi apropriado por diversos atores sociais em diferentes contextos de atuação, seja em instâncias estatais, da sociedade civil, da iniciativa privada, da cooperação internacional, ou na mídia”. A sua eficácia e efetividade são temas recorrentes sobre os problemas que afetam a população.

Alguns pesquisadores se dedicaram a explicar a história e a formação do conceito de políticas públicas, podendo ser definida como “[...] o conjunto das decisões e ações propostas geralmente por um ente estatal, em uma determinada área [...], de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil” (TUDE; FERRO; SANTANA, 2015, p. 11). A título de exemplo pode-se considerar a oferta de educação na cidade de Pacaraima, fronteira com a Venezuela, como resultante de políticas públicas direcionadas ao atendimento educacional da população.

Souza (2006) aponta que a política pública não possui uma única e melhor definição, mas enfatiza que a mais conhecida é a de Harold Lasswell¹⁶. Este buscou organizar e sistematizar as decisões e análises para responderem as seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Para Lasswell, o estudo das políticas públicas carrega consigo uma forte preocupação em definir a si próprio, sendo tudo que o governo faz.

Críticos argumentam que são ignorados as ideias e os interesses “[...] por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu

¹⁶ Sociólogo e Cientista Político norte americano, considerado o pai da Ciência Política moderna, e que até hoje possui influência nos estudos da área de sociologia e ciência política. Estudioso da década de 40, foi o primeiro a definir a ciência política e o governo por meio das políticas públicas. A principal obra sobre o assunto é a *Politics: who gets what, when, how* (1936). Infelizmente não foi possível ter acesso a obra original de Harold Lasswell, mas devido a relevância entre autores que se dedicaram a escrever sobre políticas públicas, Lasswell é citado na dissertação.

aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais” (SOUZA, 2006, p.25).

A base teórica de Lasswell era produzir conhecimentos “de política” e “para a política”, conciliando o acadêmico e o científico com o interesse do governo, de políticas, oferecendo respostas as demandas específicas da sociedade. Desta forma era possível prever os impactos das políticas públicas e conscientizar as pessoas sobre as políticas, tornando-as mais eficientes, fazendo uma construção social dos problemas e das questões de políticas públicas (TUDE, 2010).

As políticas públicas são resultados das ações de diversos agentes¹⁷: poderes públicos, instituições (públicas e privadas), entidades profissionais, além dos próprios atingidos pela política. Normalmente ela é colocada na agenda por meio do governo, já que este é o responsável por decidir se é importante, fazendo opções e adotando decisões que afetarão o público destinatário. Dessa forma, o governo deve ter prudência em como será formulada, implementada e avaliada a política pública (CAVALCANTI, 2007).

De acordo com Cavalcanti (2007), as principais fases da política pública são: a formulação, implementação e avaliação. A formulação tem seu início quando os agentes e instituições definem o que irá para a agenda, formulando soluções para o problema. Momento em que as perguntas, “como”, “quando” e “porquê” são feitas para poder dar alternativas e poder prever um possível resultado. Uma vez a questão colocada na agenda está passa a ser política.

Cavalcanti (2007, p.202), acredita que “a pressão causada pelos cidadãos pode ser, portanto, um fator decisivo para levar um assunto a agenda de governo”, ocorrendo discussões entre políticos, sociedade e instituições na busca de soluções e oportunidades para a entrada do problema na agenda. A tomada de decisão é a busca de alternativas para solucionar o problema e que qualquer escolha que o governo tome é uma decisão.

A implementação é o momento em que a política é efetivada, transformando as intenções políticas em ações, “[...] pode afirmar que a implementação é o momento em que são realizadas as ações planejadas, através de instituições e

¹⁷ Podem ser agentes estatais, que estão diretamente ligados a função pública no Estado. E agentes privados, que não estão ligados com a estrutura administrativa do Estado, mas trazem demandas para ele (SECCHI, 2013).

grupos ou indivíduos de natureza pública ou privada com objetivo de cumprir as decisões já tomadas” (CAVALCANTI, 2007, p.229). A implementação possui um caráter dinâmico e complexo, já que é nessa fase que as decisões se materializam.

Avaliação é a verificação dos resultados e impactos, momento de propor modificações e até mesmo a interrupção da política. Sendo indispensável a avaliação, pois com ela é possível julgar as decisões dos governos e o quanto foi gasto para que pudessem realizar as políticas públicas. “[...] a avaliação evoca a produção de informação sobre algum tipo de comparação entre os resultados obtidos pela política e o conjunto de valores que levou à sua formulação” (CAVALCANTI, 2007, p.246).

As políticas públicas, durante e depois de serem elaboradas, devem ter uma avaliação de sua aplicabilidade, levando em consideração no mínimo os critérios de sua eficiência, da sua equidade, da sua produtividade e do seu resultado. É importante que ocorram as avaliações para saber se está funcionando, se deve ser alterada ou até mesmo extinta, só que nesse último caso é um desperdício do recurso público.

A política pública pode ser um poderoso instrumento de comunicação entre o governo e a sociedade, que pode dar um sentido para as pessoas que estão sob as leis do Estado. Sendo assim, Torres (2004) expõe a sua definição da função das políticas públicas:

En su función estratégica, las políticas públicas definen los parámetros y las modalidades de interacción entre lo público y lo privado; concretan las condiciones para traducir los principios de flexibilidad y autonomía en ejes de una acción pública selectiva, eficaz y eficiente, definen cuáles son los asuntos que alcanzan el rango de interés público, para ser incluidos en la agenda de gobierno; y describen los niveles de homogeneidad y armonía que rigen la gestión integradora de los mercados y las economías nacionales (TORRES, 2004, p. 17).

As políticas deveriam ser produzidas pelo governo em conjunto com a sociedade que usufruirá, ocorrendo de maneira aberta e transparente para que os interesses, tensões e conflitos sejam amplamente e incansavelmente discutidos, para assim chegar a uma formulação que seja capaz de atingir seu objetivo principal, promovendo a divulgação da agenda.

As políticas públicas conseguiram ter maior visibilidade pela sociedade, devido a três fatores. O primeiro foi a adoção do corte de gasto aplicado

principalmente pelos países em desenvolvimento, segundo o equilíbrio nas receitas e despesas, restringindo a intervenção do Estado nas políticas sociais e na economia e por último os países em desenvolvimento que ainda buscam maneiras eficientes de construir suas políticas (SOUZA, 2006).

Esses fatores estão diretamente relacionados as mudanças ocorridas no mundo capitalista, a partir, principalmente, da década de 1980, tanto no plano econômico, com a introdução de novas tecnologias e alterações significativas nos padrões de produção, nas relações de trabalho e no consumo social; como no plano político, com a introdução das ideias e práticas que ficaram conhecidas como neoliberais, cujas consequências se evidenciam fortemente na defesa de um Estado mínimo, e na mudança da relação deste com a sociedade, o que afeta fortemente o modo de ser das políticas públicas.

Nesse contexto, as políticas públicas de cunho social têm sido afetadas, seja com corte de recursos, seja com diminuição de projetos nesse campo. Diferentes autores discutiram sobre o tema de políticas públicas, contudo Teixeira (2015), explica o conceito de forma sucinta, como sendo a aplicação do dinheiro público em ações que, a princípio beneficiariam a população, com o desenvolvimento de políticas definidas anteriormente entre a sociedade e o Estado. Nesse sentido, é possível refletir sobre como o governo brasileiro consegue atender a área da educação na fronteira pesquisada.

A área urbana de Pacaraima, que era de uma população pequena, viu o número de seus habitantes aumentar em razão da intensa migração de venezuelanos nos últimos cinco anos. Aumentando, na mesma proporção, a necessidade de políticas públicas que sejam adequadas a essa nova situação, e as escolas foram as que mais sentiram a imigração e seus impactos.

Esses impactos podem ser percebidos por meios das políticas públicas desenvolvidas na região. A política pública é uma tentativa de enfrentar um problema que foi detectado, “[...] o problema público é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública” (SECCHI, 2013, p.10). Sempre tendo como base principal, de que um mesmo tamanho não servirá para todos, tudo deve ser estudado antes de ser implementado.

Não importa a esfera (municipal, estadual ou federal), as políticas públicas devem existir, pois é fundamental, e seu planejamento deveria ser claro e específico em prol da população afetada. Dentro das políticas existem os chamados agentes

públicos que podem ser classificados em agentes estatais, que são da administração pública e os agentes privados que não são da administração pública, mas procuram estar sempre presentes nas decisões do Estado (TUDE; FERRO; SANTANA, 2015).

O funcionamento da Administração Pública é feito por meio de pessoas e são essas que manifestam a vontade do governo. Marçal (2016, p.89) define agente público como toda pessoa física que atua como órgão estatal, produzindo ou manifestando a vontade do Estado, exercendo a vontade com o objetivo de obter um resultado útil que satisfaça as necessidades coletivas.

O processo de elaboração e implementação das políticas públicas envolve um complexo de órgãos estatais, além de inúmeras pessoas que recebem influências também de organizações, dentro e fora do Estado. Os principais agentes envolvidos são: pessoas do universo da política, do subsistema da política pública e os tomadores de decisões do governo. As políticas públicas são definidas no Poder Legislativo, por parlamentares, e colocadas em prática pelo Poder Executivo, mas que primeiramente surgem por meio de demandas e propostas da sociedade (HOWLETT, 2013).

Os governos possuem o poder discricionário, ou seja, eles decidem se vão fazer ou não algo em relação ao problema. “No campo da administração pública desenvolveram-se estudos mais centrados em preocupações operacionais e propositivas, tendo por objetivo sugerir caminhos para melhorar o funcionamento das políticas e do Estado” (MARQUES; FARIA, 2013, p.24), definindo os objetivos e os meios para alcançá-lo.

Devido à necessidade da transparência é importante conhecer o perfil daqueles que irão se beneficiar da política, levando em consideração a demografia do lugar para a elaboração das políticas públicas “[...] essa importância torna-se ainda mais óbvia na medida em que a demografia cabe, entre outras questões, compreender e analisar o tamanho, composição, distribuição territorial, evolução e tendências do grande beneficiário e finalidade precípua dessas propostas, a população” (MARQUES; FARIA, 2013, p.201).

É preciso saber como serão as demandas, para poder avaliar se é viável ou não a política, se será universal ou focalizada. O que é indispensável para a formulação de políticas públicas na área da educação em região de fronteira que

recebe alunos e profissionais de outros países. Deve haver um bom estudo sobre o caso específico, para que quando seja implementada não seja ineficaz.

Dessa maneira, a formulação e finalização das políticas devem seguir alguns métodos para que a sua formação consiga alcançar os resultados esperados, começando pela tipologia “as tipologias de políticas públicas são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos, as instituições, dentro de um processo de política pública” (SECCHI, 2013, p.24), sendo este o esquema para a interpretação e análises que farão parte do esquema analítico.

Diante disso, podemos classificar a política para a educação, como política majoritária, onde os seus custos e benefícios são distribuídas pela coletividade, isto é, todos pagam, e todos podem utilizar. “A formulação da política, portanto, envolve a identificação e a determinação das possíveis soluções para os problemas políticos ou, para dizê-lo de outra maneira, a exploração das várias opções ou cursos alternativos de ação disponíveis para enfrentá-los” (HOWLETT, 2013, p.123).

Por vezes, alguns problemas passam despercebidos pelos governos, momento em que a comunicação de massa, se torna importante “o papel dos meios de comunicação no processo político decorre de sua função de relatar problemas, o que muitas vezes leva à análise do que está errado e as vezes se estende à defesa de determinadas soluções” (HOWLETT, 2013, p.83), deixando visível a todos.

Assim, o governo analisa e considera que precisa fazer algo para solucionar o problema, passando assim a fazer parte da agenda pelo fato de o governo ter concordado que o assunto precisa de atenção, em outras palavras a agenda pública é voltada a discussão, enquanto que a institucional a ação.

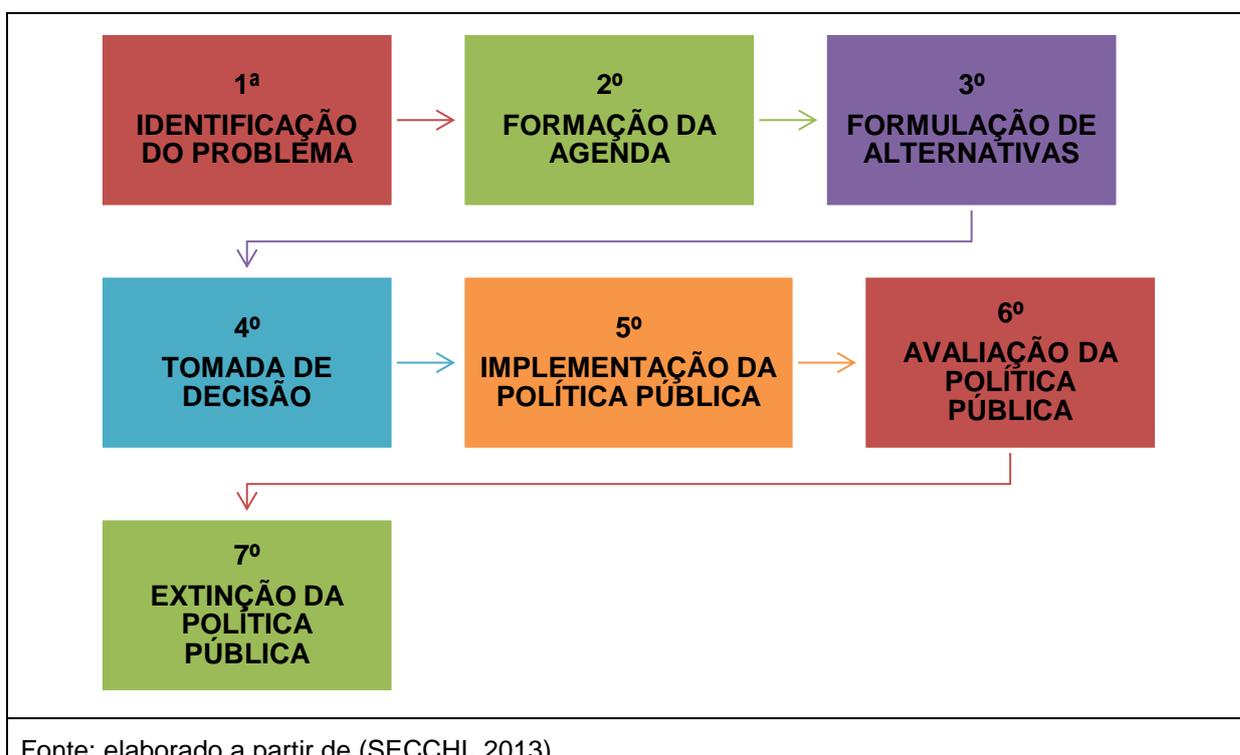
A escolha racional e eficiente dos meios para atingir os objetivos, é necessária para evitar gastos desnecessários, normalmente as pessoas envolvidas na formulação devem ter estudos na área, caso não, ficará fadado ao erro. “A implementação política, muitas vezes, depende de servidores públicos e de funcionários administrativos para estabelecer e gerenciar as ações necessárias” (HOWLETT, 2013, p.179).

A administração se limita a fazer uma avaliação dos serviços governamentais pelo meio do gasto, o que não é suficiente para verificar se a política foi satisfatória ou não, de abordagem mais racional, “[...] pretende-se garantir que as políticas estejam atingindo suas metas esperadas com o menor

custo e ao menor sacrifício possível para os cidadãos individualmente” (HOWLETT, 2013, p.207).

Após, todo o processo de percepção do problema, o governo verifica se cabe propor uma solução, além de outros pontos importantes para a elaboração da política pública. O autor Secchi (2013), após anos de estudo definiu de forma simples o ciclo das políticas públicas, em sete passos, como é possível ver na figura 03.

Figura 03 – Ciclo das Políticas Públicas em Sete Passos



Cada etapa deve ser feita e discutida, Secchi (2013) explica o passo a passo da política, sendo a 1ª identificação do problema: uma situação pública se torna insatisfatória para um grupo e os governantes analisam se é válido entrar para a agenda; 2ª formação da agenda: para a montagem da agenda é preciso que algum assunto se torne relevante para ter atenção do governo; 3ª formulação de alternativas: estabelecimento dos objetivos e estratégias para chegar a uma solução.

Com o problema identificado e com prováveis opções temos o 4º passo, a tomada de decisão: momento em que os atores avaliam qual serão o objeto e método de enfrentamento; 5º implementação da política pública: as intenções se tornam ação; 6º avaliação das políticas públicas: momento de avaliar se teve

sucesso ou falha; 7º quando percebe que o problema foi resolvido ou a política foi ineficaz e perdeu a importância.

O governo deve observar as necessidades e prioridades do cidadão, para assim fazer políticas públicas que sejam um conjunto de programas, ações e decisões dos gestores políticos, que conta com a participação direta ou indireta da população, principalmente daquela que irá usufruir. Para Pereira (2009), o Estado é deficiente em políticas públicas, este assegura os direitos e o acesso aos serviços básicos, mas não consegue atender satisfatoriamente.

E mesmo as políticas implementadas, podem alcançar resultados diferentes do planejado, devido a falhas no momento da formulação em que são produzidos os resultados esperados, assim como pelo fato de não ter profissionais adequados, da verba não ser o suficiente ou até mesmo da política aplicada não ser adequada para os habitantes.

As políticas sociais proporcionam benefícios para todos aqueles que vivem em sociedade, mas esta, no ato da sua elaboração, deve demonstrar ser benéfica e de custo adequado. Os direitos sociais, para serem efetivados, são necessários que sejam discutidos e protegidos, para que possam ter uma máxima aplicação. Evitando agentes públicos que venham prejudicar a eficácia das políticas no atendimento das demandas sociais.

As políticas públicas voltadas para a área da educação, são investimentos altos e que devem ser elaboradas por gestores que possuam conhecimento do tema, de como funciona, para quem servirão as políticas, assim como uma boa assessoria na sua elaboração, o que melhora a proposta e sai do campo do achismo.

O processo participativo, dos gestores das políticas, seus assessores e daqueles que irão utilizá-las, dão uma maior legitimidade para as políticas públicas em uma área específica. E conseqüentemente, quando há a participação de todos, ela fica mais fácil de ser aceita e ser cumprida. Desta maneira é levada em consideração a cultura, a economia e até mesmo se é legalmente aceita no local.

É para a sociedade que o elaborador deve perguntar, interagir com eles para conhecer suas necessidades, afinal é ela a maior interessada em ver as políticas públicas funcionando. A fronteira com a Venezuela vem sofrendo transformações e crescendo a necessidade para que sejam feitas políticas que contribuam para uma

ação generalizada e contribua na vida coletiva, o que envolve os planos de educação.

E com relação a educação, o Estado está inserido com uma série de obrigações irrenunciáveis, que constam na Constituição Federal Brasileira de 1988, e que caso não sejam cumpridas estão sujeitas a punições no âmbito jurídico. Possuem apoio jurídico das Declarações dos Direitos Humanos, com relação ao direito da pessoa em migrar, independentemente de qual país que decida ir, possa continuar com os direitos básicos, que entre eles está o da educação (CARNEIRO, 2012).

De fato, “admitindo que a educação seja função essencialmente social, não pode o Estado desinteressar-se dele. Ao contrário tudo o que seja educação, deve estar até certo ponto submetido à sua influência” (DURKHIM, 1973, p.48). Mas isso, não quer dizer que o Estado será o único tomador de decisões na área da educação, por isso é preciso que envolva a todos os interessados.

O Estado tem como obrigação fornecer aos professores e alunos as condições básicas para o desenvolvimento das atividades didáticas, para garantir a abrangência de todos os alunos inseridos na escola. Ter e manter uma infraestrutura adequada nas escolas e possuir tecnologias que agreguem ao conhecimento. As políticas educacionais devem estar em consonância com a legislação vigente: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

Diversos estudos comprovam que a educação nunca assumiu de fato uma situação de prioridade na agenda política. Sempre ficava em segundo plano, ocorrendo as descontinuidades das políticas públicas quando terminava e começava um mandato. Além de que o dinheiro destinado a educação está sempre abaixo do necessário, levando, inclusive, alguns políticos a pensarem na criação de impostos que pudessem arcar com o valor da educação (SAVIANI, 2008).

Em Roraima a situação não é muito diferente, e a situação foi sendo agravada com o aumento das demandas por educação ocasionado pelo crescimento do número de pessoas migrantes no estado e, em particular, na cidade de Pacaraima, foco desse estudo.

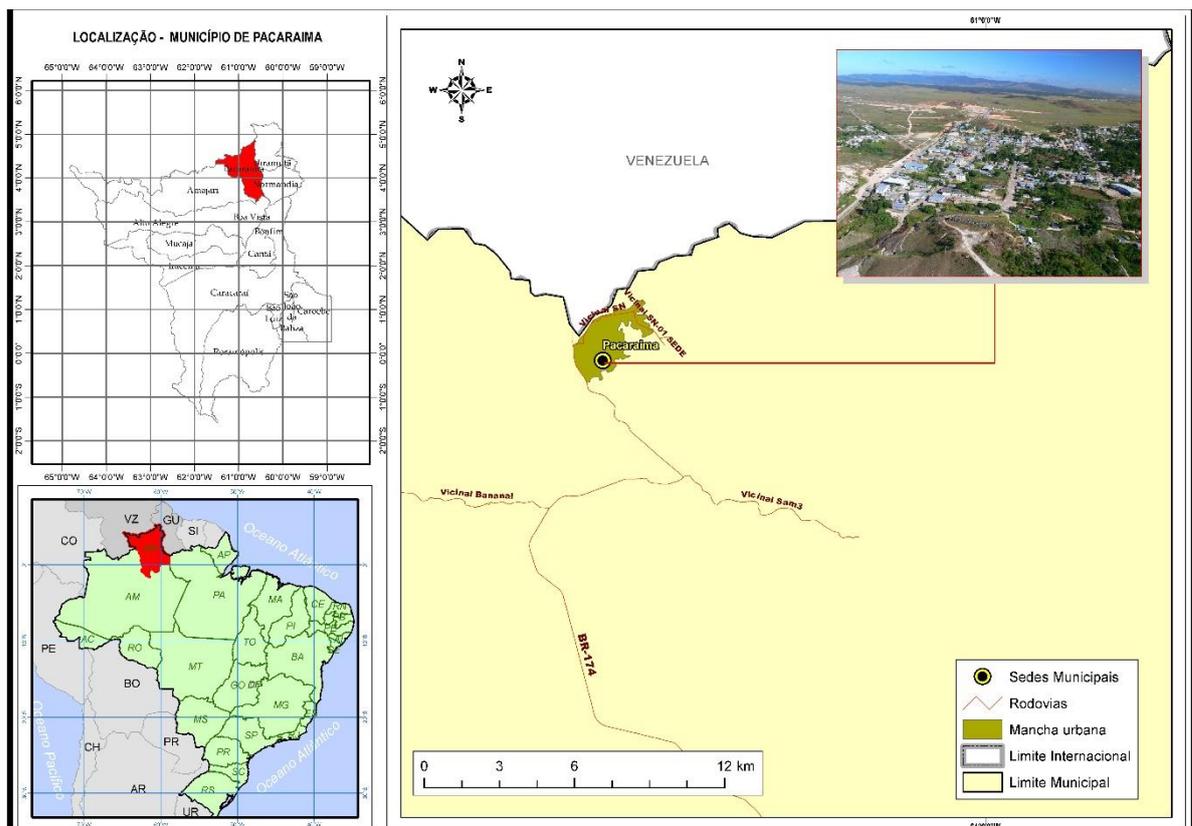
Com isso, Roraima um Estado de tríplice fronteira (Brasil – República Cooperativa da Guiana – República Bolivariana da Venezuela), que recebe pessoas de ambos os países, ademais de estrangeiros de outros países, tem visto crescer a demanda por vagas e por mudanças na educação, tendo em vista esse processo

migratório. Dessa forma, é crucial a existência de políticas públicas destinadas a recepção do migrante e o atendimento das necessidades da população como um todo. Sendo assim, o Estado deve elaborar políticas que atendam os sistemas e seus usuários de forma satisfatória.

2.2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA – RR

A cidade de Pacaraima/RR tangencia a fronteira entre o Brasil e a República Bolivariana da Venezuela por aproximadamente 4 km, tendo, atualmente, uma área de ocupação urbana aproximada de 8.028,483 Km². Espacialmente tem sua localização nas coordenadas planas 705.328,26 E – 497.023,333 N.

Figura 04 - Localização Geográfica do município de Pacaraima-RR



Fonte: WANDERLEY, 2020.

Localiza-se no extremo norte do Estado de Roraima, situando-se geomorfologicamente na zona conhecida como planalto Parima apresentando as

maiores altitudes do estado e de toda a Região Norte do Brasil, com seus 920 m de altitude.

A área territorial é de 8.028,428 km², com a estimativa da população em 17.401 (IBGE, 2020) possuindo uma densidade demográfica de 2,17 hab./Km², tendo limites com os municípios de Boa Vista, Amajari, Normandia e Uiramutã, além de manter limites com a República Bolivariana da Venezuela, país que mantém uma fronteira viva, ligada através de uma rodovia que estabelece um intenso movimento entre a cidade de Pacaraima e Santa Helena de Uairén (Venezuela).

O município de Pacaraima criado em 17 de novembro de 1995, pela Lei Estadual 96, que criou em conjunto os municípios de Uiramutã e Normandia. Conforme Silveira (2009), o município foi criado por meio de uma manobra estratégica dos parlamentares roraimenses contra o processo de demarcação de terras indígenas.

No ato a Assembleia Legislativa aprovou e o Governador do Estado de Roraima sancionou a Lei nº 096, de 17/10/1995, que criou o Município de Pacaraima, situado na região de fronteira do Brasil com a República Bolivariana da Venezuela, no marco BV8. No qual a sede do Município passou a ser a Vila de Pacaraima, e a sua instalação ocorreu no dia 01/01/97, com a efetiva posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores eleitos anteriormente, no dia 03/10/1996 (SANTOS, 1998).

Dessa forma, a criação do município de Pacaraima constitui-se num jogo de interesse de atores como o Estado, instituições públicas privadas e/ou organizações não governamentais que disputam pelo domínio de determinadas áreas do território na defesa de seus interesses (SILVEIRA, 2009).

Por encontrar-se, localizada no interior da Terra Indígena (TI) São Marcos, a sede do município precisou ser desmembrada da mesma, com definição territorial datada de 2009 (IBGE, 2017). Quanto a sua organização espacial, o município, além da sede urbana, possui 55 comunidades indígenas organizadas em duas regiões, entre elas: Surumu e São Marcos. A maior comunidade indígena é a do Contão (SESAI/DSEI-LESTE, 2019).

Porém a existência do núcleo urbano remonta a demarcação das fronteiras entre Brasil e Venezuela no decorrer da década de 1920 e da instalação do terceiro pelotão especial de fronteira por volta dos anos de 1995. O garimpo consistiu no

principal atrativo econômico para a formação do aglomerado urbano de Pacaraima no decorrer do século XX.

As características fisiográficas da região que compreende a cidade de Pacaraima são marcadas pela presença de serras, savanas, florestas e áreas planas, que formam o imponente conjunto das serras de Pacaraima, fruto dos processos geológicos que realçam geomorfologicamente a paisagem local com os morros, montanhas e colinas que intercalam entre as planícies (NASCIMENTO; TAVARES JÚNIOR; BESERRA NETA, 2011).

A bacia hidrográfica do município é composta pelos rios Cotingo, Parimé e Surumu que consistem em tributários da principal bacia do Estado a composta pelo Rio Branco, porém a sede municipal não possui relação direta com estes rios, tendo em vista que se localiza em cima da serra Parima, estando todos eles encravados dentro da terra indígena (VERAS; SENHORAS, 2012).

O clima que compreende a região da cidade de Pacaraima é caracterizado por ser quente e úmido, com uma estação seca bem definida, mas as chuvas são mais frequentes e melhor distribuídas ao longo do ano (VERAS; SENHORAS, 2012).

Pacaraima tem como sua principal fonte de renda o setor terciário. O comércio e o setor público consistem nas principais formas de geração de emprego e renda. O turismo que se apresenta como uma provável fonte de geração de renda não conseguiu desenvolver-se ainda em virtude dos entraves burocráticos estabelecidos pela legislação indígena, e também pela falta de interesse da gestão pública em agilizar a questão do turismo em Pacaraima.

A renda per capita é de R\$ 9.777,84, tendo um PIB de R\$ 88.186,37. Esses dados apresentados pelo censo econômico do IBGE, em 2017, sofreram impactos significativos com a transferência da área de livre comércio de Pacaraima para Boa Vista, no ano de 2010.

O IDHM do município é de 0,650. Apesar da renda per capita, ser um valor alto, não representa a realidade da população de Pacaraima, mostrando a concentração de renda nas mãos de poucos. Esses números se refletem em diversos fatores sociais do município que são considerados critérios para o desenvolvimento humano de uma região, como a educação.

2.3 A MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO ESPAÇO URBANO EM PACARAIMA – RR

A migração é um fenômeno que sempre existiu. Considerando que as pessoas se deslocam por diversos motivos, seja ele o de mudar de vida, conhecer novas culturas e até mesmo fugir da fome, das condições econômicas, políticas e sociais nos seus países de origem. E nesse último ponto, as questões sociais, que se enquadra a situação atual dos venezuelanos que atravessam a fronteira com o Brasil.

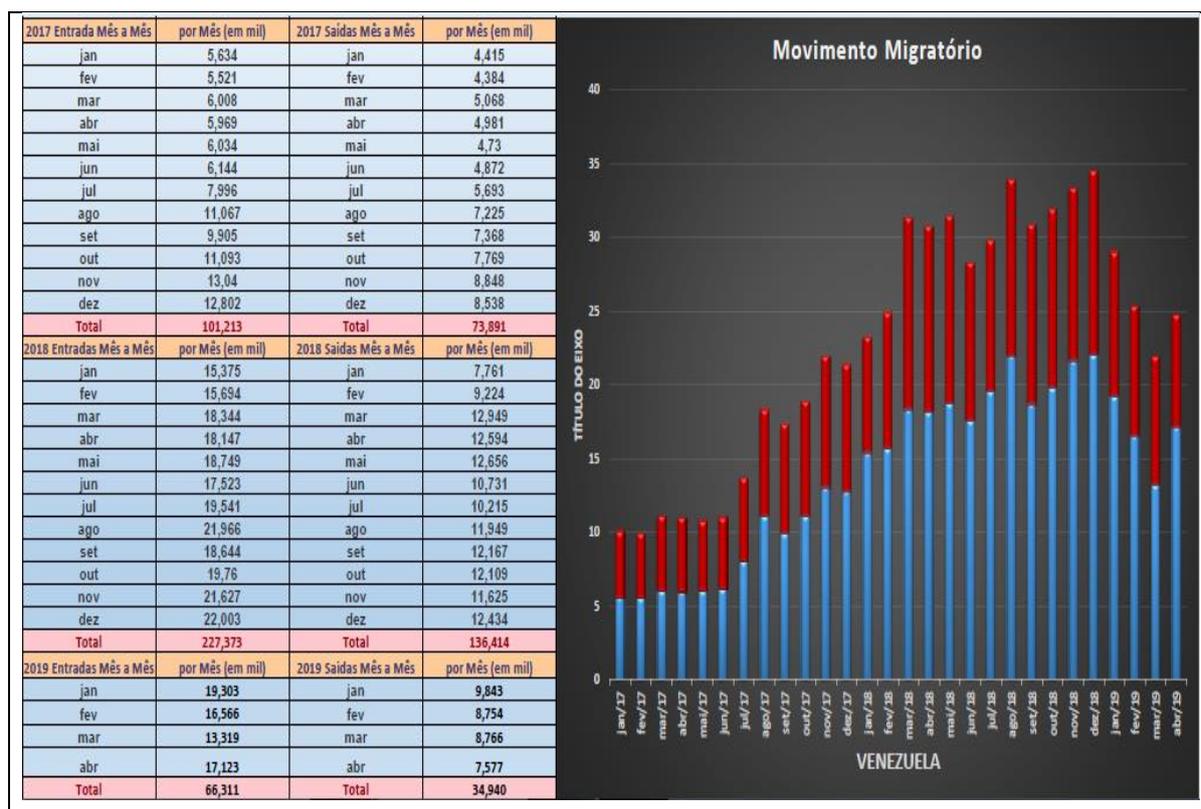
Muitos venezuelanos se deslocam para a fronteira e ficam no Estado de Roraima, eles vêm em busca de alimentos, remédios ou ajuda com a saúde e/ou educação, na tentativa de conseguir um emprego para assim mandarem dinheiro e suprimentos, para os que ficaram na Venezuela.

O aumento da migração advinda da Venezuela tem relação direta com a grave crise econômica, política e social que o país enfrenta desde a transição do governo do Nicolas Maduro, em 2013, que hoje sofre com a alta inflação e o desabastecimento de praticamente tudo.

A maioria dos imigrantes que vem para o Brasil se encontra em Roraima, que concentra o maior fluxo, apesar de que com relação ao restante do Brasil, é irrisória a população que entra no país e consegue ir para outros estados. Para Roraima, no entretanto, o fluxo de pessoas é grande, como podemos ver na figura 07 (GAZZOLA, 2018).

Abaixo há um gráfico elaborado pela Polícia Federal, que mostra o movimento migratório de venezuelanos, as entradas e saídas, pela fronteira do Brasil na cidade de Pacaraima nos anos de 2017 a 2019, com o quantitativo mês a mês, mostrando que com o passar dos meses e consequentemente dos anos, os deslocamentos dos migrantes foi aumentando naquela região de fronteira

Figura 05 - Fluxo migratório de venezuelanos na fronteira Brasil – Pacaraima – RR 2017/2019



Fonte: POLÍCIA FEDERAL, 2019.

Os venezuelanos que chegam ao Brasil, em busca de alimentos, remédios, emprego entre outras coisas, devido a grave crise econômica, política e social que se estende por todo o país, se enquadram, em geral, no contexto de migração forçada, uma vez que são viajantes que se sentem obrigados a saírem de suas casas em direção ao desconhecido, buscando melhoras em suas vidas. Entre os motivos que fazem com que muitos fiquem em Roraima, em vez de buscar outras regiões do país, está no fato de sentirem que aqui estão mais perto de casa, que a locomoção até sua cidade de origem é mais fácil do que se tivessem em outros estados ou outro país.

Antes de desenvolver completamente este ponto, vale ressaltar, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2016), a diferença entre o migrante e o refugiado. A migração pode ser entendida como um processo espontâneo, onde a pessoa sai do seu país em busca de melhores condições de vida. O refugiado, por sua vez, sai do seu país, mas não pode retornar devido à falta de segurança, pois se encontram em situação de extremo perigo e que conseqüentemente, têm direito a proteção do direito internacional.

Por vontade própria ou forçada, as pessoas saem de seu país e vão para outro por diversos motivos. Nos últimos anos, o Brasil foi um dos países escolhidos pelos venezuelanos que estão em busca de melhores condições de vida, fugindo da fome, da crise política e econômica. A migração é caracterizada pelo processo de rompimento do seu local de origem com o novo, é necessária uma nova percepção que envolva o novo país e seu entorno, além de buscar novas relações e condições.

Roraima é o Estado do Brasil mais afetado pela crise no país vizinho, por não ter as condições necessárias para receber um fluxo grande e abrigar os imigrantes de forma adequada. Rodrigues argumentava em 2006, que a economia não atrativa de Roraima e a língua ser o português são fatores restritivos para a imigração na fronteira dos dois países. Entretanto, a crise econômica e política iniciada em 2013, colocou o estado de Roraima na rota da migração venezuelana.

Bastos e Obregón (2018) alegam que três aspectos desencadearam a crise venezuelana, em 2013 ocorre a morte do Hugo Chávez e Maduro assumiu o governo sem a carisma e o mesmo preparo político e com práticas autoritárias. Em 2014, houve a queda do preço do barril de petróleo e a exportação diminuiu, além do controle da inflação por meio da regularização do câmbio. Na eleição de 2015, os chavistas enfrentam uma crise dentro do próprio sistema, perdendo o apoio do Legislativo.

A questão econômica é a que primeiramente é sentida pelos venezuelanos, “[...] a inflação só aumentou e o PIB per capita diminuiu, devido as medidas por ele adotadas de limitação de lucros, o que fez com que os outros setores – que não petroleiros - sabotassem a economia do país, através da alta inflação e da escassez de produtos básicos de consumo, aumentando ainda mais a dependência no petróleo” (BASTOS; OBREGÓN, 2018, p.13).

A crise política na Venezuela é dividida entre chavistas e oposição. Os chavistas possuem a ideologia de uma maior atuação do Estado e a defesa de

medidas para a participação social na política, de pensamento anti-imperialista que consiste na integração dos países sul-americanos no combate a influência dos EUA. A oposição conta com apoio dos EUA, e reivindica eleições e o afastamento dos bolivarianos do poder” (GUGLIANO, 2017).

O fato é que os muitos problemas sociais gerados no país, como desemprego, inflação e escassez de mercadorias, deram uma forte onda migratória por parte da população Venezuela, que saíram para outros países em sua maioria vizinhos da terra natal.

Aos que decidiram sair do país em direção ao Brasil, uma pequena fração acaba ficando em Pacaraima, primeira cidade ao atravessar a fronteira, até conseguirem juntar dinheiro e irem para a capital Boa Vista, o que torna a cidade fronteira um lugar de passagem para muitos. Os serviços públicos sofreram impacto repentino, ao receber um grande número de pessoas em tão pouco tempo e sem nenhum tipo de política pública que pudesse auxiliar, e a educação está inclusa nesse processo.

De acordo com Comissão permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), com a intensa migração venezuelana para o Brasil, os relatos de violência por parte de brasileiros e venezuelanos, tem preocupado as autoridades, com relação à segurança nessa fronteira. “A preocupação com a segurança nacional e a soberania territorial, de onde emana a criação de um território especial ao longo do limite internacional terrestre do país, embora legítima, não tem sido acompanhada de uma política sistemática que atenda às suas características” (CDIF, s/d).

Quando o governo não toma providências, a população acaba agindo pela raiva do momento, hostilizando aqueles que já estão humilhados e em um lugar que não queriam estar. Castro (2005, p.5) explica essa visão do “[...] estranho, como um possível terrorista, um estrangeiro, um migrante que está em situação ‘irregular’ – termo que demarca fronteiras”.

É necessário conhecer para entender o outro, independentemente de onde ele venha, as sociedades são feitas de diferentes, mas “o costume de discriminar os que são diferentes, porque pertencem a outro grupo, pode ser encontrado mesmo dentro de uma sociedade” (LARAIA, 2009, p.74), o que não é muito favorável para as pessoas que entram em outro país em busca de melhores condições de vida, porque os que são do país se sentem ameaçados.

Contudo os cuidados não ficam só para os nacionais, mas também aos imigrantes que chegam a outro país, é preciso que eles também integrem mesmo que minimamente, ao contrato social instituído naquele lugar. Que não é somente o nacional que deve aceitar o outro, mas este que chega precisa reconhecer a pluralidade e aceitar uma vida comum dos diferentes, dos seus costumes, das suas tradições. Ainda mais para aqueles que irão se inserir diretamente com os nativos, como na educação.

Hartog (2004), também expõe a mistura entre os povos como uma referência a experiência de situações que não podem se repetir, e que deveria ser mais estudado e tornar-se um dos pontos nas elaborações das políticas públicas, principalmente nas cidades de fronteiras, que estão em contato com identidades e culturas diferentes todos os dias e em diversas ocasiões, devido ao livre trânsito que a fronteira seca entre Brasil e Venezuela proporciona.

Com isso o preconceito com o diferente que vem de fora aumenta, nos jornais é possível ver reportagens de brasileiros, exigindo seus direitos por se sentirem ameaçados com o outro. “O migrante é um estranho que joga o nativo a se confrontar com seu estranhamento, o migrante é útil aos Estados, que ao legislarem sobre como controlar esse outro, intruso, culpam-no de exclusões, ocultando poderes e interesses na defesa do movimento [...]” (CASTRO, 2005, p.26).

A questão que se coloca é, independente da intensificação das migrações nessa região, a simples característica de ser uma região de fronteira, já deveria ser suficiente para a existência de políticas públicas voltadas para a integração entre as populações de ambos os países, cuja inexistência tem gerado toda sorte de problemas para as populações dessas regiões.

A realidade da cidade de Pacaraima é emblemática com relação a isso, gerando violências de diferentes tipos, tornando a vida de brasileiros e venezuelanos ainda mais difícil. Na próxima seção, faremos uma breve caracterização das cidades de Pacaraima e de Santa Elena de Uairén.

O cenário em Roraima, em virtude do processo migratório, em especial na região de Pacaraima, onde há intenso tráfego de pessoas, é de grande instabilidade na população, causando os mais variados problemas sociais. Um desses problemas está relacionado com o processo de xenofobia, que resulta na problemática da segurança pública em relação à migração venezuelana no estado de Roraima e seu impacto social na sociedade de Pacaraima (RODRIGUES, 2006).

Considerando que processo migratório dos venezuelanos em decorrência da crise política e econômica estabelecida no país vizinho tem acarretado ao Estado de Roraima um aumento significativo na prestação dos serviços públicos, em especial a saúde, educação e segurança pública. Percebe-se nesse sentido um acelerado crescimento da população do estado em especial ao município de Pacaraima, que desde 2016 tem apresentado fortes indícios de crescimento demográfico também para os anos subsequentes ocasionados pela vinda desordenada de imigrantes do país vizinho, Venezuela.

Na figura 06, é possível ver a entrada da cidade de Pacaraima, de quem vem pela Venezuela, local em que também estão instalados os postos de triagem da Operação Acolhida que recebe todos os imigrantes vindos do país vizinho.

Figura 06 – Fluxo de imigrantes no espaço urbano em Pacaraima/RR



Fonte: fotografias de arquivo pessoal (2020).

Desde 2015, tem sido crescente o fluxo de pessoas venezuelanas procurando abrigo no estado e ocupando os mais variados espaços territoriais, resultando na ocupação dos prédios públicos abandonados e na ocupação das áreas de invasões no município de Pacaraima intensificado pelo processo migratório.

Cabe ressaltar que o processo migratório é um fenômeno dinâmico e suas causas por serem diversas se aprimoram e geram novos problemas de cunho social e ambiental impulsionado por pessoas que buscam suas melhoras saindo de seu local de origem em busca de sobrevivência, visando novas alternativas de vida (XAVIER, 2012).

Abaixo (Figura 07) podemos ver a rua principal de Pacaraima, conhecida como a rua do comércio, repleta de produtos, em sua maioria do gênero alimentício, que tanto comerciantes brasileiros, quanto venezuelanos, negociam e vendem.

Figura 07 – Fluxo de imigrantes na área de comércio de Pacaraima/RR



Fonte: Agência Brasil ANSA (2020).

Quanto aos aspectos ambientais Monteiro e Santos (2015) mencionam que, na medida que cresce o quantitativo demográfico e a oferta de serviços não comporta a demanda, se agrava conseqüentemente a degradação ambiental criando-se condições favoráveis às doenças virais e desastrosas para a dispersão de vetores e conseqüentemente a proliferação de doenças parasitárias,

provenientes de constantes impactos ambientais que ocorrem tanto nas áreas periféricas dos centros urbanos, quanto na zona rural da cidade que recebe grande quantitativo de imigrantes.

Conforme verificamos na Figura 08, é possível perceber ao menos um pouco, como está a situação da cidade de Pacaraima, na rua principal, também conhecida como a rua do comércio.

Figura 08 – Aspectos socioambientais da migração venezuelana



Fonte: fotografias de arquivo pessoal (2020).

Conforme mostra a figura 08 as questões socioambientais se agravaram significativamente em Pacaraima com acúmulo de lixo e entulhos nas ruas do município atraindo roedores e vetores que contribuem para intensificar as doenças virais e bem como o aumento demográfico ocasionado, pela migração, que vem

superlotando a rede de serviços essenciais agravando gradualmente a degradação ambiental criando condições favoráveis para o aumento da violência.

CAPÍTULO III – A MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO ESPAÇO ESCOLAR EM PACARAIMA: A ESCOLA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

A Escola Municipal Casimiro de Abreu localiza-se em área urbana no município de Pacaraima no bairro Vila Nova (ver Figura 05) possui em sua totalidade 79 (setenta e nove) funcionários, com 12 (doze) salas funcionando nas modalidades ensino regular e EJA, são 24 (vinte e quatro) turmas onde 5 (cinco) são de 3ª ano, 7 (sete) são de 4ª ano, 6 (seis) são de 5ª ano, 6 (seis) são de 6ª ano, totalizando 446 (quatrocentos e quarenta e seis) alunos, dentre os quais 182 (cento e oitenta e dois) venezuelanos.

A Escola Municipal Casimiro de Abreu foi fundada em 28 de janeiro de 1974 (ver Figura 06), por meio do decreto nº 009/74, sendo administrada pelo Estado até novembro de 2005, ver na Figura 10. Durante este período várias ações foram realizadas envolvendo a comunidade escolar, através do plano de Desenvolvimento da escola com o objetivo de assegurar um ensino de qualidade e permanência dos alunos na escola. Em 16 de novembro de 2005, por intermédio do Decreto nº 076/05 a escola foi municipalizada, no Quadro 01 é possível ver o quantitativo de funcionários da escola.

Quadro 01 – Descrição do quantitativo e funcionários da Escola Municipal Casimiro de Abreu (2020)

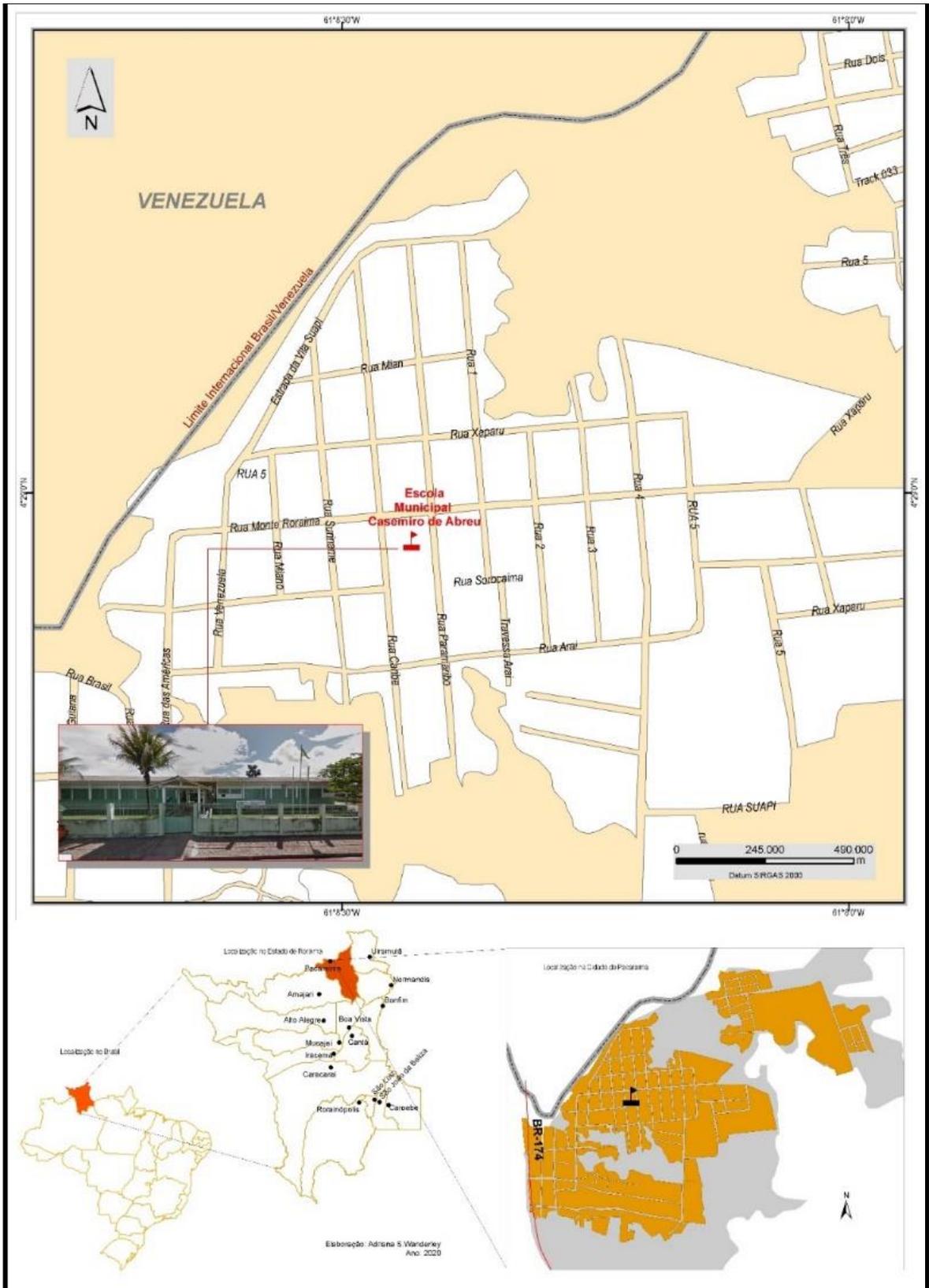
b) Vice Gestor	01
c) Coordenação pedagógica	02
d) Orientadora Educacional	01
e) Secretária Escolar	01

f) Professores	45
g) Assistente de alunos	7
h) Funcionários	21
TOTAL	79

Fonte: elaborado a partir da base de dados da Escola Municipal Casimiro de Abreu (2020).

Na próxima página, é possível ver a localização da escola Casimiro de Abreu, no espaço urbano de Pacaraima.

Figura 09 - Localização Geográfica da Escola Municipal Casimiro de Abreu no município de Pacaraima-RR



Fonte: WANDERLEY, 2020.

A figura (10) a seguir, mostra a entrada principal da escola, por onde entram os alunos, professores e funcionários. Ao entrar, há sempre um porteiro para recepcionar:

Figura 10 - Escola Municipal Casimiro de Abreu – Pacaraima/RR



Fonte: fotografia de arquivo pessoal (2020).

Conforme a observação in loco, a demanda dos imigrantes venezuelanos por novas matrículas escolares é grande e a burocracia acabou diminuindo bastante devido à falta de documentação, principalmente o histórico escolar das crianças e adolescentes. Segundo relato oral a direção da escola estava orientada a direcionar os venezuelanos a pelo menos conseguirem uma foto do histórico da criança, para constar como documentação para o censo escolar.

Há duas formas de ingresso do aluno na escola, inclusive com amparo na Lei de Diretrizes da Educação Nacional- LDB.¹⁸, uma é a tradução do histórico escolar do aluno, comprovando a série em que o aluno estava; a outra opção é a aplicação de uma prova, em português, que irá indicar o ano que o aluno pode ser matriculado de acordo com os seus conhecimentos. Dessa forma, a escola disponibiliza em seu mural informativo as matérias e assuntos sobre os quais as crianças imigrantes, que deverão fazer a prova para o nivelamento estudarem e iniciar o ano letivo, no mês de fevereiro.

¹⁸ Na LDB, no artigo 24, inciso II, alínea c: “independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.”

Muitos pais optam pela prova de conhecimentos pelo fato de não ser paga, diferente da tradução dos documentos, que é cara e às vezes demora em receberem a tradução. Mas a prova por ser em português pode fazer com que o estudante entre em uma série que já tenha cursado no seu país e o idioma pode ser um dos motivos, isso mostra como a burocracia pode influenciar na escolha dos pais.

Cabe ressaltar que essa demanda, do discente imigrante entrar na escola, deveria ser atendida com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Em parceria com a Secretaria de Educação de Pacaraima e a prefeitura, para tentar atender a todos os alunos da rede municipal, propôs a construção de “casinhas”, padrão ONU, que serviriam como salas de aulas improvisadas para atender aos alunos que estavam na lista de espera nas escolas municipais. O município entraria com os professores e o lanche, enquanto que o Unicef com a estrutura. Apesar das várias reuniões, até o ano de 2019, o projeto ainda não tinha sido retirado do papel¹⁹.

3.1 A MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO ESPAÇO ESCOLAR EM PACARAIMA – RR

Para compreendermos os impactos do processo de migração venezuelana no ambiente escolar em Pacaraima torna-se necessário entender o conceito de educação. Para entender o processo educativo na região de fronteira é essencial, ter uma concepção de educação que balize a pesquisa. Assim, a temática assumirá centralidade discorreremos sobre as Leis e os Planos Educacionais tanto nacional quanto municipal.

Todavia, esse entendimento é uma tarefa instigadora e não muito fácil. Dessa forma, conceituar educação, de uma maneira generalizada poderia ser dito que é um processo de crescimento do ser humano por meio dos conhecimentos de conteúdos e ética que são exigidas pela sociedade em que está inserida.

A educação é um instrumento importante no desenvolvimento de qualquer nação, por possibilitar o aperfeiçoamento intelectual, moral, ético, profissional e social das pessoas. Quando dispõe de políticas públicas adequadas, mais fácil é

¹⁹ Informações coletadas informalmente, conversando com pessoas do Unicef e professores.

para efetivar as metas educacionais elaboradas. “Sociedade educada é aquela composta de cidadãos críticos, capazes de indicar o rumo histórico, coletivamente pretendido, sobretudo desenvolver, maximamente, a oportunidade histórica disponível” (DEMO, 1994, p.47).

A educação deve ser entendida como prática que pode acontecer por muitos meios, seja de forma estruturada, por meio dos livros didáticos escolares, seja no ambiente familiar ou por outros meios, na vida social. Ela vai se transformando por meio das experiências vividas por cada pessoa ao longo da sua vida e que vai sendo transferida de geração em geração de acordo com a sociedade na qual está inserida.

Meneses (2004, p.16), acredita que “primeiramente, ela significa a atividade desempenhada pelos adultos para assegurar a vida e o desenvolvimento da geração mais nova, das crianças, dos adolescentes e jovens, para despertar e fazer crescer as suas habilidades e poderes físicos e espirituais”. E mesmo que o indivíduo tome consciência da sua autoeducação, ele ainda precisará do educador ao menos um pouco ao longo da vida.

Políticas Educacionais são políticas públicas destinadas a organização da oferta de educação a sociedade. No caso das regiões de fronteiras, tais políticas devem buscar a inclusão social tanto do aluno brasileiro, quanto do aluno migrante. O que faz com que ocorram trocas culturais dentro da escola, que são enriquecedoras para a educação, construídas no cotidiano da fronteira. “Toda a cultura, enquanto dinâmica social é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução [...]” (PAZ, 2016, p.11).

O entendimento das dinâmicas sociais próprias de regiões de fronteira, em particular as relações entre indivíduos de nacionalidades diferentes, e sua presença no ambiente escolar, constitui um desafio e uma oportunidade ímpar para o enriquecimento do processo educativo. Figueiredo (2013, p. 13), esclarece que “a fronteira se caracteriza por ser uma região de complementaridade e interculturalidade, que dá origem a uma característica peculiar à região, estabelecendo, por vezes, uma diversidade cultural específica”.

A pluralidade deve ser trabalhada na escola, começando com a construção de currículos pedagógicos que buscam construir o saber, usando as diferenças. “Assim, quando se encontram aliadas políticas públicas educativas inovadoras e uma escola desafiadora, ter-se-á uma sociedade em que a visão com relação a

diversidade social e cultural se tratará de uma retórica: para o ‘outro’ o diferente sou eu” (PAZ, 2016, p.35). A escola que é por definição homogeneizada, tem dificuldade em entender as diferenças.

Todos os envolvidos na área da educação precisam estar atentos às diferenças e saber aproveitá-las de forma interdisciplinar, no sentido de garantir “o papel da escola e o poder do docente, enquanto agente de transformação na educação e no comportamento dos indivíduos [...]” (PAZ, 2016, p.12). O professor que aproveita os diferentes em sala de aula acaba expandindo o leque de conhecimento dos seus alunos.

A pluralidade é algo comum, ou deveria ser em escolas de fronteiras ou em países que recebem muitos estrangeiros. Com isso, “A valorização da diversidade, na pluralidade cultural é uma tendência na educação, usada pelo Estado, como tópico fundamental nos conteúdos escolares [...]” (PAZ, 2016, p.13). Desde a década de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) propõe que a educação brasileira, desenvolva os currículos de forma que aproveite os diferentes que aqui vivem.

Com esse objetivo, o Conselho Nacional de Educação²⁰ estabeleceu na década de 1990, com base na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) matérias que seriam obrigatórias para todas as modalidades, tentando diminuir as diferenças e proporcionando uma formação básica para todos. Mas essa integração só será possível se forem observadas as especificidades da realidade regional do estudante, ainda mais em um país como o Brasil que possui grande dimensão territorial.

O conteúdo impresso no livro deve ser sensível as especificidades regionais e locais nos quais o aluno está inserido, sendo necessária sim, uma base de conteúdos teóricos, mas que os subsistemas e as escolas possam ter autonomia para adequá-los a realidade da sociedade local, principalmente quando se trata de escolas em áreas de fronteiras. Para Pereira (2009, p.53) “É notório que aspectos educativos da área de fronteira, até recentemente, tenham sido tratados nas políticas educacionais, regionais e locais de forma unilateral e homogênea, isto é, sem se considerar a singularidade fronteiriça que pressupõe, no mínimo, relações bilaterais”.

²⁰ Conselho que busca no âmbito de sua competência, a participação da sociedade no desenvolvimento de uma educação de qualidade. Cabe ao Conselho formular e avaliar a política nacional de educação, proporcionando uma relação do ensino com os segmentos sociais e comprometidos com o Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, *online*).

A escola da fronteira Brasil-Venezuela tem recebido alunos de outras nacionalidades, em grande ou pequena quantidade desde muito tempo, mas as políticas educativas não têm dado relevância a este aluno, que é cultura viva e que poderia enriquecer as aulas com a troca de conhecimentos. É na escola que se observa com mais clareza a diversidade que os movimentos migratórios proporcionam, evidenciando os valores e crenças que cada aluno possui no seu âmbito familiar.

É na escola que ocorrerá a integração e adaptação dos filhos dos migrantes, com a população local, o que em algumas situações pode ser uma zona de conflitos, na medida em que os filhos/estudantes conhecem novas culturas, o que pode em alguns aspectos se distanciar das expectativas dos pais em relação ao novo país, por sentirem que seus filhos estão absorvendo com rapidez o que veem do mundo e os seus novos hábitos (SANTOS; BAHIA; GOMES, 2016).

O aluno migrante carrega consigo as suas marcas e costumes, por isso não é inteligente ignorar os conhecimentos que o aluno possui, já é época de ter uma educação mais interdisciplinar e aprender com o migrante e não somente impor a cultura local. A educação é uma troca de conhecimentos e é com essa essência que as políticas devem ser elaboradas, colocadas em prática e conseqüentemente avaliadas após a sua aplicação.

As rupturas com o passado nunca são totais, tudo o que ele já vivenciou até chegar na nova condição, continuam com o migrante para onde ele vá. “Contudo, mudanças e muitas vezes mudanças fundamentais, ocorrem (pois os recém-chegados têm que aprender uma nova língua, conviver num novo mundo e com pessoas que pensam de forma diferente), mas a transformação nunca é absoluta e total” (SANTOS; BAHIA; GOMES, 2016, p.7).

Sendo assim, “é inegável que com a presença dos imigrantes ocorre uma reconfiguração do contexto escolar que afeta, de forma significativa, não apenas os espaços e tempos educativos, mas também as dinâmicas sociais, culturais e estruturais da própria instituição escolar [...]” (ALVES, 2010, p.68). O que durante a observação, na escola Casimiro de Abreu, foi perceptível a mistura dos idiomas dentro da sala de aula, além da variedade de comidas na hora do intervalo, como a “arepa”, comida típica venezuelana.

Tornando-se um grande desafio para os educadores, gestores escolares e principalmente para os diretamente afetados pelo processo educativo lidar com a

situação, pois a responsabilidade do docente é grande para com aquela criança, adolescente e jovem:

A educação [...] exige a participação de, no mínimo, dois interlocutores, que visa a transmissão de conhecimento técnico aliado a valores éticos construídos pela sociedade em que o educando está inserido, proporcionando-lhe o crescimento intelectual e social, com a finalidade de formar o cidadão para ser membro participante ativo da sociedade, assegurando-lhe a interação de forma paritária e, por conseguinte, a sua inclusão social (GÖTTEMS, 2012, p.45).

O ser humano depende de suas experiências anteriores para criar a sua personalidade, o seu caráter e é na instituição de ensino que a pessoa passa mais tempo, o que inevitavelmente é o lugar que criará vínculos, relações, experiências e que definirão a sua própria visão sobre si e sobre as demais pessoas, já possibilitando o desenvolvimento da capacidade crítica desse aluno (ZABALA, 1998).

A característica da educação é de ser intencional, afinal ela possui o propósito de orientar o aluno durante o seu desenvolvimento pessoal e social, mostrando a eles as ideias de sociedade, de cultura e o processo de humanização e socialização, tentando ao máximo levar o aluno a entender o seu passado analisando em conjunto com o presente. Para Thums, (2003, p.428), “a educação é uma ajuda que a sociedade e a cultura humana propiciam ao indivíduo a fim de que ele se socialize, se humanize e adquira cultura adequadamente”.

A educação é um processo que proporciona o acesso e a troca de conhecimentos, que acontecem na escola e na família, o que estimula a autonomia da pessoa. Meneses (2004, p.16), afirma que “a educação é um processo que dura a vida inteira”, possibilitando sempre uma construção própria de conhecimento.

Uma parte do processo de conhecimento, crescimento pessoal, amadurecimento e/ou desenvolvimento intelectual ocorre no momento em que o estudante toma consciência de si e de que vive em sociedade, que compartilha espaços com diversas pessoas e assim desenvolve suas aptidões, estabelecendo metas pessoais e sociais para atingir um ideal de vida, que são conquistadas com seu esforço, e da educação que recebeu na escola, pois foi ela que também influenciou na sua percepção de mundo e sociedade (MENESES, 2004).

O Brasil, por meio da Constituição Federal de 1988, no artigo 205, estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2018, p.96). Ao Estado cabe assegurar que as crianças e jovens tenham condições de estarem na escola com ensino público dos 4 aos 17 anos de idade.

E à escola cabe o recebimento desse aluno, mas para isso acontecer é necessário o processo burocrático estabelecido na legislação brasileira. Na pesquisa foi possível perceber que, nem todo o processo burocrático é feito, já que é aceita a documentação estrangeira dos estudantes sem estar com a tradução juramentada, além de outras possibilidades de acesso como visto anteriormente. O acesso à escola é feito mesmo sem a documentação brasileira completa, o que dá vez para o acesso a esses estudantes.

É observável, não só na educação, mas no uso do serviço público brasileiro, o atendimento do imigrante sem documentação brasileira²¹, ainda mais em cidade fronteiriça. Vasconcelos (2013, p.53), em sua pesquisa aponta que “por outro lado, a ampliação do acesso a políticas sociais no Brasil dos estudantes estrangeiros na condição de ‘sem documento’, também é restrita à medida que o acesso ao benefício ultrapassa os limites do Estado de Roraima”.

O governo, em alguns casos, prefere a quantidade do que qualidade e acaba aceitando o migrante na condição de ‘indocumentado’, para assim conseguir mais recursos financeiros do sistema educacional, definido pelo orçamento público, devido ao critério número de alunos em sala de aula, esquecendo-se das especificidades de cada local e do direito à educação como uma das bases fundamentais dos direitos humanos (VASCONCELOS, 2013).E assim, não se preocupa em garantir as condições adequadas para o processo educativo.

Dessa forma, Belloni *et al.*, (2003) acreditam que avaliar as políticas públicas educacionais, é uma maneira de estimar como está a aprendizagem do indivíduo ou dos grupos submetidos aos processos ou situações, visando um novo conhecimento, habilidade ou atitude.

²¹ Nesse caso, especificamente a Certidão de nascimento ou o Registro Geral, para atendimento nos serviços básicos como educação e saúde brasileira.

O Plano Nacional de Educação (PNE) brasileiro, foi elaborado como um projeto para que tivesse duração e vigência independentes dos governos no poder, garantindo a continuidade das políticas públicas para a educação (LIBÂNEO *et al.*, 2012). Foi aprovado, pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, com a duração de 10 anos (2014-2024) e em atendimento ao disposto no artigo 214 da Constituição Federal de 1988. Nessa Lei três artigos são importantes para o tema da dissertação.

O primeiro é o Art. 5º, §1º, parágrafo II que propõe: “Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas”, o segundo é o Art. 7º, §4º afirma que haverá colaboração específica para a implementação das modalidades escolares: “[...] que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade” e por último o Art. 8º, §1º, I “Assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais” (BRASIL, 2014).

No que tange ao município de Pacaraima, pode-se mencionar o Plano Municipal de Educação do Município de Pacaraima (PMEMP) estabelecido em 2015 através da – Lei nº 230. Este Plano possui a vigência de 10 anos, cumprindo o disposto no artigo 214 da Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 13.005/2014.

O Art. 10 do PNE estabelece que o sistema de acompanhamento e avaliação “[...] constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica do município e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino” base para acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Educação criado pela Secretaria Municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE PACARAIMA, 2015).

Partindo da contextualização do Plano Municipal de Educação, se pode iniciar uma análise a questão da migração no âmbito educacional no município de Pacaraima, evidenciando conforme relatos e observação *in loco*, que muitos dos problemas têm relação com a falta de políticas públicas educacionais, prejudicando a educação, afetando os professores e principalmente aos alunos. Os professores que trabalham em área de fronteira precisam ter uma capacitação voltada para a pluralidade que a divisa entre dois países de idiomas diferentes oferece, o que não existe.

Para muitos alunos que estudam em Pacaraima, que são venezuelanos ou brasileiros morando em Santa Elena, não sentem diferença e acham normal atravessar a fronteira todos os dias para estudar.

A Operação Acolhida²² está no município, e a escola possui alunos que estudam, mas que sabem que a qualquer momento podem ser transferidos de escola para outra cidade por meio de abrigo ou interiorização. Colocar o filho na escola em Pacaraima é um processo que foi facilitado devido ao grande fluxo de crianças e adolescentes vindos da Venezuela em idade escolar.

Entre os municípios de Pacaraima e Santa Elena de Uairén, já tiveram acordos informais sobre o transporte público, para trazer e levar os estudantes que moravam na Venezuela para estudarem no Brasil. Mas esse acordo foi desfeito²³ e hoje os pais dos alunos que moram no outro lado da fronteira, pagam transportes particulares para buscar e levar os seus filhos para a escola. No município de Pacaraima, tem o transporte escolar ofertado pela prefeitura, mas só abrange os estudantes que moram na sede do município (VASCONCELOS, 2013).

A observação na escola Casimiro de Abreu teve início no dia 20 de outubro de 2019 e terminou no dia 26 de novembro de 2019. Sendo realizada apenas no turno da manhã, devido à disponibilidade de horário da pesquisadora, com as turmas do 3º e 4º ano. Foi possível observar em turmas diferentes, com professores diferentes e o quantitativo de alunos brasileiros e venezuelanos diferente em cada turma.

O número de alunos dentro da sala é, em média de 25 alunos. Foram pesquisadas cinco turmas, durante a observação, e apenas uma tinha o número de alunos venezuelanos menor do que o de alunos brasileiros. Que de acordo com a professora da turma, foi um pedido que ela fez para que pudesse ter domínio sobre a turma e poder repassar os conteúdos durante o ano letivo.

²² A Operação Acolhida é uma Força Tarefa Logística e Humanitária, que por meio das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) prestam apoio com infraestrutura, segurança, saúde, administração e transporte. Recepcionando, identificando e acolhendo aos venezuelanos que atravessam a fronteira com o Estado de Roraima (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020).

²³ Foi por meio de conversas informais, com professores e com pais de alunos que fiquei sabendo que o acordo, que foi feito entre os prefeitos de Pacaraima e o de Santa Elena, tinha sido desfeito, mas sem nenhuma justificativa. Em conversa com uma mãe de uma aluna, ambas venezuelanas, ela comentou que antes o ônibus escolar brasileiro, ia buscar a filha dela em Santa Elena, todos os dias. Mas deixaram de fazer o transporte e agora ela paga uma van particular, para levar e trazer sua filha da Venezuela para o Brasil, para estudar.

Esse número varia bastante, pois a evasão é frequente por conta das condições em que vivem esses migrantes, podendo, como dito acima, serem transferidos a qualquer tempo, permanecendo os que conseguiram se estabelecer na cidade.

As salas não possuem aparelhos de ar condicionado, a iluminação é precária, há cadeiras para todos os alunos, mas não segue um padrão, sendo carteiras e mesas. O quadro é o branco, mas no fundo das salas têm os quadros de giz, que em algumas salas as professoras aproveitaram para fazer um mural informativo. Sempre tem pessoas de apoio nos corredores para auxiliar os alunos e os professores, e o fardamento não é padrão.

Figura 11 – Espaço Escolar: sala de informática, alunos na quadra e em sala de aula na Escola Municipal Casimiro de Abreu em Pacaraima/RR²⁴



Fonte: arquivo pessoal (2020).

Outro aspecto evidenciado pelo relato e observação in loco diz respeito aos informativos que estão distribuídos pela escola. Todos são em português, desconsiderando o grande número de alunos que falam o espanhol. Dessa forma, quadros informativos bilíngues seriam bons para o crescimento pessoal dos alunos e também dos professores e funcionários. De acordo com Paz (2016) a troca de experiências nas escolas de fronteiras tem uma dinâmica social responsável pelo processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento, logo a facilitação desse processo é fundamental para o desenvolvimento educativo.

Cabe ressaltar que na hora do intervalo a escola oferece o lanche que corresponde as refeições salgadas e doces (paçoca regional, macarronada à bolonhesa, feijão tropeiro, filé de peixe, Maria Isabel (arroz com charque), guisado de carne, biscoito com iogurte, arroz doce e achocolatado, entre outros); há uma cantina onde os alunos podem comprar a comida, como sanduiches naturais, sucos, bolos, chocolates, sorvete, mas alguns alunos trazem de casa o seu lanche. A maioria dos alunos que levam o lanche de casa, eram os que comiam comidas que não são típicas do Brasil, como a “arepa” (comida regional da Venezuela).

Foi possível perceber, também, o fato de que toda a alimentação servida na escola se volta para os hábitos alimentares brasileiros, sem uma preocupação com a população venezuelana presente no ambiente escolar. De forma que alguns estudantes levavam o lanche (arepa) para a escola. Paz (2016) chama atenção para a importância das trocas culturais presentes nos hábitos alimentares, que deveriam estar dentro da dinâmica social das escolas de fronteira.

Conforme os relatos e observação, ficou evidente que os alunos na sala de aula, por mais que em muitas salas os professores busquem facilitar a integração, estes ficavam em grupinhos de acordo com o idioma. A língua pode ser um dos motivos para a incompreensão de alguns alunos que não são brasileiros, na hora da explicação do professor. Neste sentido, os professores deparavam-se com os dois lados (brasileiros x venezuelanos) limitados com relação ao entendimento do conteúdo.

Segundo Paz (2016) é fundamental que as escolas de fronteiras trabalhem a pluralidade para isso é necessária a construção de currículos pedagógicos (incluindo

nesse currículo os livros didáticos)²⁵ que buscam construir o saber, usando as diferenças presentes no âmbito escolar, bem como a capacitação docente que atua nas escolas de fronteiras.

Ressalta-se que a presença da pesquisadora na escola ocasionou diversas demonstrações nos alunos não nacionais, desde os que ficaram desconfiados por saberem que qualquer coisa que falassem poderia ser entendido e compreendido, pelo fato da pesquisadora falar o espanhol fluente, ao passo em que outros alunos acharam curioso e também interessante o fato de ter uma pessoa que pudesse explicar algum assunto que não ficasse claro.

Esse aspecto foi ao encontro das perspectivas de Santos; Bahia e Gomes (2016) quando afirmam que o que pode em alguns aspectos se distanciar das expectativas dos imigrantes em relação ao novo país, pode por outro lado ser a oportunidade para o outro absorver com rapidez o novo mundo e os seus novos hábitos.

Com relação à abordagem junto aos professores, a pesquisa evidencia certa perceptividade dos professores e ao mesmo tempo certa frustração deles com os alunos. Pelo fato de saberem que para alguns o assunto não é entendido completamente como deveria. Ficam na angústia de aceleram o conteúdo por ter a minoria dos alunos entendido ou vão indo devagar porque a maioria dos alunos não entenderam facilmente o assunto.

Dessa forma, observa-se que o contexto escolar e educacional das escolas de fronteiras necessita de políticas públicas que contemplem as duas nações fronteiriças. Pois, o aluno migrante carrega consigo as suas marcas e costumes, assim, como o brasileiro absorve uma grande gama dessa demanda cultural. Logo, se deve considerar que esse processo educacional é uma troca de conhecimentos e é com essa essência que as políticas devem ser elaboradas, colocadas em prática e consequentemente avaliadas após a sua aplicação (SANTOS; BAHIA; GOMES, 2016).

Sendo assim, é importante mencionar que projetos para a educação foram pensados e colocados em prática com o PMEMP, mas nenhuma política que seja

²⁵ Os livros didáticos que contemplam as escolas municipais e estaduais são ofertados pelo Ministério da Educação por meio do PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) sendo necessário que a escola pública participe do Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Esses livros são todos em português.

unilateral, por mais bem-intencionada que seja terá êxito ou durará por muito tempo, caso não haja diálogo entre os países envolvidos.

Nesse sentido, há metas a serem atingidas, mas apesar de ser um município localizado em fronteira, não há menção na formulação dessas metas, sobre alunos de outros países e que estudam no Brasil. Destaca-se que em 2015, ano da aprovação do PMEMP, a crise na Venezuela já estava perceptível e a entrada de venezuelanos para o lado brasileiro estava crescente. E ainda assim, não se faz, referencia, no plano, a questão da fronteira e intercambio entre os dois países.

Sabe-se que as políticas educacionais dependem da relação dinâmica da sociedade na qual estão inseridas, é dela que virão as necessidades e demandas para a instituição social, chamada escola.

Os professores que ministram aulas em escolas de fronteira, ao fazerem parte da construção dos objetivos da política pública, tem a tarefa e a oportunidade de agir, conforme Piaget (2005, p.76) escreve em seu livro, “[...] diante de um problema internacional, é, pois, a de procurar adaptar o aluno a semelhante situação, sem nada lhe omitir a respeito da sua complexidade”, aumentando assim, as chances das políticas públicas alcançarem resultados positivos.

Ademais, os profissionais da área da educação precisam ter conhecimento do que são políticas públicas, terem consciência de que a participação deles em conjunto com os atores estatais na elaboração da agenda é de suma importância, já que são eles que vivem a realidade da sala de aula heterogênea.

O compartilhamento dos conhecimentos na sala de aula ensinaria a tolerância ao desconhecido, o respeito a cultura do outro, ampliaria o vocabulário dos alunos, que aprenderiam mais um idioma, da mesma forma que conheceriam um pouco mais da cultura do outro, empenhando-se dessa maneira para diminuir os conflitos relacionados à grande procura por vagas nas escolas, as salas com lotação máxima, o conteúdo didático a ser ministrado e como o governo está se posicionando diante dessas questões.

A falta de comunicação e entendimento dos direitos dos alunos e do idioma pode ser considerada como uma barreira inicial, para o início da vida escolar do aluno migrante. É preciso fazer um mapeamento dos alunos que estão matriculados e frequentando as escolas na área urbana de Pacaraima, já que o registro deles nas escolas ocorre precariamente devido à falta de documentação.

No ato da matrícula, o aluno deve apresentar pelo menos um documento de identidade, seja ele o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) ou o passaporte, juntamente com o histórico escolar. Mas há casos, em que não existem mais esses documentos ou não foram feitos. Sem essa documentação mínima, o processo de matrícula em uma escola fica mais difícil, sendo necessária a realização de avaliações para considerar a série compatível com a sua idade.

A questão é que, esses estudantes, na sua maioria não sabem o português e os exames são realizados no idioma oficial do Brasil, o que de certo modo dificulta saber em que séries pertencem, por não entenderem o que está escrito no papel. Dessa forma, “os alunos estrangeiros acabam sofrendo um processo de invisibilidade social e administrativa, no sentido de não figurarem nos registros escolares de forma estruturada e acessível” (PETRUS; SANTOS; ARAGÃO, 2016, p.56).

A língua é um dos grandes desafios desses estudantes, apesar de que a fronteira é um local em que a população tem uma vivência diferenciada devido a língua, aos costumes que cada lado da fronteira possui, o que afeta a realidade vivida dentro da escola nessas regiões de fronteiras internacionais. “As dificuldades para dominar a língua da sociedade receptora são um dos principais desafios para todo e qualquer sujeito que resolve imigrar. Compreender e ser compreendido pelo outro é fundamental em um processo comunicativo” (PETRUS; SANTOS; ARAGÃO, 2016, p.56).

Porém, quando esta comunicação não acontece, ou demora muito a acontecer, as relações se veem prejudicadas, “Na maioria das vezes, a escola é compreendida como um espaço de troca, diálogo, descoberta e convivência. Entretanto, ela deve ser vista também como lugar de desafio para o tratamento da diversidade de povos na área de fronteira” (ASSIS, 2016, p.6).

As escolas localizadas em fronteiras carregam inúmeras tarefas de responsabilidade social, que vão desde a identidade cultural dos estudantes a preocupação em criar condições de valorização e respeito entre todos, que atenda a diversidade e ocorra a integração entre os nativos e os migrantes.

Ao se orientar por essa via, num primeiro momento, focalizamos a educação como um direito universal e complementamos com a perspectiva de que na fronteira a educação é um direito humano para além dos seus limites físicos. Ao superarmos a noção de fronteira como limite físico ou

geográfico e a compreendermos como zona de contato, a educação é dimensionada como direito humano, de dignidade das pessoas residentes nas fronteiras internacionais (ASSIS, 2016, p.2).

Conhecer quem são os alunos que estão nas salas de aulas das escolas de Pacaraima, com a sua cultura, seu idioma, seus aspectos culturais, facilitaria na identificação de possíveis dificuldades no dia a dia na escola, o que auxiliaria na construção de uma política pedagógica que melhor atendesse a esses alunos.

Assis (2016, p.6) afirma que “A escola fronteiriça fecha-se no formalismo burocrático emanado das legislações e não se abre à riqueza que lhe apresenta a presença de alunos de outras nacionalidades em seu interior e, conseqüentemente, reforça limites, dentre estes: da língua; da cultura, do preconceito e até da xenofobia”. Por isso, programas entre as cidades de fronteiras, devem ser estimulados para que o contato com o outro seja natural e principalmente com respeito.

Em Pacaraima, foi implementado o projeto Programa Escolas Interculturais de Fronteiras (PEIF), com apoio da Universidade Estadual de Roraima (UERR) e da Secretaria de Educação do Estado. O PEIF foi iniciado no ano de 2005, na região da fronteira sul do país, por meio de um acordo bilateral entre Brasil e Argentina. Em junho de 2006, com o apoio pedagógico da Universidade Federal da Fronteira Sul no Brasil e o Instituto Misiones na Argentina, o projeto se torna multilateral e é pautado no setor educacional do Mercosul. Em 2009 outros membros do bloco, em especial a Venezuela, começam a desenvolver as atividades em escolas de fronteira de Pacaraima e Santa Elena de Uairén (QUEIROZ; VIANA; LIMA, 2010).

O objetivo principal do projeto é a troca de professores ou como também ficou conhecido, o intercâmbio docente. Trabalho baseado na interculturalidade e o intuito de aproximar dois países por meio da educação, já que as cidades são próximas, mas o conhecimento da realidade que cada uma vive é muito distante (QUEIROZ; VIANA; LIMA, 2010). Com isso, na fronteira Brasil-Venezuela, esse projeto foi pensado para ser implementado nas cidades de Santa Helena do Uairén e Pacaraima e, Venezuela e Brasil, respectivamente.

O projeto foi viabilizado nessa fronteira com a implantação, em 2008, do polo da Universidade Estadual de Roraima na cidade de Pacaraima. Com o Projeto, os alunos universitários podiam se deslocar diariamente na fronteira, entre as cidades

de Pacaraima e Santa Elena, para realizar a graduação ou cursos de extensão de língua portuguesa. (VASCONCELOS, 2013, p.51).

Mas infelizmente, devido a questões financeiras, foi difícil manter esse projeto de estudantes e professores, que atravessavam a fronteira Brasil e Venezuela, para entenderem a dinâmica escolar do país vizinho, inclusive hoje, 2019, o polo da UERR não está mais funcionando no município de Pacaraima.

Nessa perspectiva, surgiram alguns questionamentos: como era feito o planejamento das atividades? Os professores recebiam capacitação para entender a cultura do outro? Ao analisar o projeto de intercâmbio docente se percebe que as atividades são planejadas, de acordo com o Plano Municipal de Educação estabelecido pela Lei Municipal nº 230/2015, e os professores da rede municipal de Pacaraima não recebem capacitação. Outro fato pertinente diz respeito a sala de aula, onde se observa que a dinâmica de uma escola na área de fronteira é diferente das escolas na área urbana do município brasileiro. Nota-se que não há uma atenção ao professor e a todos que estão dentro da escola, em entender e explicar o outro.

CONCLUSÃO

Visando responder ao objetivo geral de analisar as políticas públicas na área de educação na fronteira Brasil-Venezuela, averiguando os efeitos do contexto migratório desse serviço público a brasileiros e venezuelanos. A pesquisa evidencia que as políticas adotadas nas regiões de fronteiras Brasil Venezuela são políticas que buscam a inclusão tanto do aluno brasileiro, quanto do aluno migrante, ou seja, podemos afirmar que, em função de um parecer de justiça, as escolas não podem se negar a matricular as crianças.

No entanto, o processo de inclusão social vai além desse passo, e ao proceder a observação do processo educativo na escola ficou claro que está longe de isso acontecer. Não por falta de interesse dos profissionais da educação na escola, esses até se esforçam. Mas faltavam condições adequadas para isso, como uma identificação mais precisa de políticas de acolhimento dessa população.

Se é verdade que os normativos da educação no país trazem questões importantes para o atendimento da população imigrante, em especial no sentido de barrar o preconceito, é verdade também que não estão claros os mecanismos para esse acolhimento. Não existe uma qualificação dos profissionais que estão à frente desse processo, como professores e demais funcionários da escola, além da preocupação com a barreira linguística, que muitas vezes deixam as crianças separadas, para não falar das dificuldades que enfrentam com relação aos conteúdos escolares.

Falta ainda uma preocupação com os elementos da cultura desses alunos, como alimentação, brincadeiras e etc. Da mesma forma, não existe uma preocupação com as crianças brasileiras, que muitas vezes ficam sem entender o contexto diversificado em que vivem. É possível afirmar, mesmo que em grande parte, a interação se dá por busca das próprias crianças, que de forma espontânea procuram meios de convivência.

Quanto ao objetivo de averiguar a questão migratória no desenvolvimento dessas políticas, a pesquisa menciona que os aspectos educativos da área de fronteira têm sido tratados nas políticas educacionais nos âmbitos regionais e locais. Todavia, os alunos venezuelanos acabam por não serem contemplados de forma totalitária pelos direitos a uma educação estabelecida pela Constituição que vise a

valorização da diversidade, na pluralidade cultural como tópico fundamental nos conteúdos escolares.

Logo, devido ao fato de muitos alunos venezuelanos entrarem no país como refugiados, e não possuírem a documentação necessária para a matrícula na escola, a política aplicada ocorre em conformidade com o parecer da defensoria pública e da Secretaria de Educação, que facilita o modo de ingresso do aluno na rede pública de ensino.

Quando se refere ao objetivo de analisar as formas de atendimento a brasileiros e venezuelanos no setor educacional, ficou claro que na instituição não há nenhum tipo de acolhimento diferenciado para com o aluno não nacional que chega na sala de aula.

A escola não só recebe alunos venezuelanos, mas também de outras nacionalidades, como é o caso de um aluno chinês, que mora em Santa Elena, estuda em Pacaraima e que se sente um brasileiro. A escola de fronteira, deve estar preparada para recepcionar todos os alunos independentemente da sua nacionalidade.

Deste modo os professores deveriam se capacitar para que pudessem estar preparados para o contexto de migração de fronteira em massa. Assim como a secretaria da escola, que é recomendável que saiba lidar com as peculiaridades da fronteira, como ter mais o controle sobre dos dados dos alunos como os quantitativos de alunos venezuelanos e brasileiros.

Dessa forma, ao refletir sobre os acordos internacionais na área da educação e sua aplicabilidade no contexto fronteiriço estudado, a pesquisa menciona que não há nenhuma política, embora o Ministério Público Federal esteja empenhado na busca por políticas para melhorar o relacionamento entre alunos, professores e funcionários da escola.

Por não haver uma política pública educacional, para ser analisada os impactos desta, seria interessante ser feito um diagnóstico nas escolas em conjunto com a secretaria de educação do município de Pacaraima, para proporem juntos maneiras de recepcionar os alunos não nacional e além de aproveitar as diferenças na sala de aula.

Com relação ao nivelamento desse aluno, quando não se tem o histórico (os documentos), os pais têm a opção de entrar com a prova de classificação ou a tradução. Todavia, os pais preferem que os filhos façam a prova de classificação por

não ser paga, mas esquecem que o filho possui apenas um mês para estudar um assunto em outro idioma, e que essa prova que irá definir em qual série o aluno ficará de acordo com a sua capacidade e classificação.

Logo, a tradução por ser cara, é um meio pouco escolhido pelos pais, mesmo sabendo que os filhos podem regredir na série. Outro fator importante de ser mencionado se refere à evasão que ocorre impulsionada pelas interiorizações que ocorreram ao longo do ano, que dificultou para as escolas o acesso as documentações dos alunos imigrantes que ficaram sem concluir cadastro. Pois quando essas famílias foram interiorizadas muitos dos pais infelizmente não informam a saída dos alunos da escola levando a instituição a adotar medidas como o recebimento de arquivos via celular para realizarem as matrículas dos alunos ou emitir transferência, mas poucos pais repassam essas informações.

Quanto às estruturas para receber esses alunos, a escola possui o seu material didático, todo em português, que fica guardado no armário dentro de cada sala de aula, que quando preciso o professor, retira distribui e depois recolhe. Além de escrever no quadro e levar fotocópias de atividades para a sala de aula.

O professor ministra aula quatro vezes na semana com a turma, possuindo um dia na semana para o seu planejamento, nesse dia em que o professor não vai à sala de aula, os alunos recebem aulas de outros professores e de outras matérias. São quatro tempos de aulas, divididos em arte, educação física, informática e espanhol.

Além disso, apenas dois professores são formados em Letras-espanhol, e mesmo formados não possuem o domínio do idioma, e acabam ministrando as aulas apenas em português, alguns alunos tinham dúvidas com relação a tradução de algumas palavras, para poder entender o conteúdo, mas a professora não sabia dizer o significado da palavra em espanhol.

Sendo assim, ao identificar às principais políticas públicas da Educação na fronteira Brasil-Venezuela, a pesquisa mostra segundo relato do diretor da escola, que acompanha todo o processo da migração venezuelana em Pacaraima, não haver, políticas específicas para o aluno estrangeiro que chega a escola, o que existe é uma ação conjunta que envolve diversos órgãos internacionais, como a UNICEF, que se manifesta a favor, apoiando a causa, com a disponibilidade de espaço para as crianças que ficam na lista de espera como o objetivo das crianças e

adolescente não perdessem o ano letivo. Em contrapartida o município entra com os professores e a merenda. O projeto, entretanto, não foi operacionalizado.

Nesse sentido, a pesquisa ressalta que o início do ano letivo começa com uma grande demanda de alunos estrangeiros ocasionando a criação de uma lista de espera para colocar o nome dos estudantes que possuem interesse e condições para estudarem, independentemente da sua nacionalidade.

Há em torno de 115 alunos na fila de espera para o ano letivo de 2020 que estão sendo alocados na escola de acordo com as desistências, pois até o presente momento da aplicação da pesquisa a parceria com a UNICEF estava apenas formalizada no papel, adiando assim o início do ano letivo para os alunos que são contemplados pelo projeto.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Fernando. **Comitê Federal apresenta balanço de ações de acolhimento de venezuelanos**. Brasília: Casa Civil, 2018. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

ALVES, Maria Z. Infância e imigração no contexto escolar português. *In*: PINHEIRO, Paulo Sérgio.; PINTO, Regina Pahim. **Acesso aos direitos sociais**: infância, saúde, educação, trabalho. São Paulo, SP: Contexto, 2010, cap. 3, p. 63-80. Disponível em: <<https://s3.amazonaws.com>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

ASSIS, Jacira H. V. P. **Veias abertas nas fronteiras internacionais do Brasil**: percalços na efetivação da educação como um direito universal. *International Studies on Law and Education*, 83-94. IJI – Universidade do Porto, 2016.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado**. 4 ed. São Paulo, SP: Globo, 2008. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

BASTOS, Julia P. B.; OBREGÓN, Marcelo F. **Venezuela em Crise**: o que mudou com Maduro? *Derecho y Cambio social*. 2018. Disponível em: <<https://docplayer.com.br>>. Acesso em: 09 maio 2019.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2009.

BELLONI, Isaura.; MAGALHÃES, Heitor de.; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas**: uma experiência em educação profissional. 3 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

BOAS, José H. V.; BORGES, Osmar B. **Breve Análise da Recente Dinâmica Territorial no Estado de Roraima**. 2018. Disponível em: <<http://www.capitalsociaisul.com.br>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BORBA, Vanderlei. Fronteiras e Faixa de Fronteira: expansionismo, limites e defesa. **Revista Historae**, Rio Verde, v. 4., n. 2., p. 59-78, 2013.

BRASIL. Agência Brasil. **Brasil fica em 73º em ranking de IDH da ONU e se mantém acima da média mundial**. Brasília: Agência Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

_____. Câmara dos Deputados. **Apresentação da Enafon**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação - CNE. Brasília: CNE, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. **Decreto no 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

_____. **Decreto no 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

_____. **Lei nº 13.445, de maio de 2017**. Dispõe os direitos e deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Brasília: Planalto, 2018. Disponível em: <www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 1º nov. 2018.

_____. **Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: PNE, 2014. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

_____. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

_____. Prefeitura Municipal de Pacaraima. **Lei nº 230, de 24 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Pacaraima. Pacaraima, RR: Prefeitura Municipal de Pacaraima, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/Pacaraima_Lei_230.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

_____. Secretaria de Programas Regionais - SPR. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**: Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração de Faixa de Fronteiras. Brasília: SPR, 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

_____. Secretaria de Programas Regionais – SPR. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PPdff**. Brasília: SPR, 2009. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

_____. **Defesa do Brasil – Operação Acolhida**. 2019. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/audios/item/251-defesa-do-brasil-operacao-acolhida>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

CAMPOS, Ana C. **Ministério da Integração define conceito de cidades gêmeas**. Brasília: Repórter da Agência Brasil, 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

CARNEIRO, Moaci A. **LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo. 20 ed., atualizada e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CASTRO, Mari G. Estranhamentos e Identidades. Direitos humanos, cidadania e o sujeito migrante. Representações em textos diversos. **Revista Brasileira de Estudo populacionais**, São Paulo, v. 22., n. 1., p. 5-28, jun. – jul., 2005. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br>>. Acesso em: 09 out. 2018.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: UEC, 2007.

CDIF. Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. **A Faixa de Fronteira**. Disponível em: <<http://cdif.blogspot.com/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Protocolo adicional à convenção americana sobre direitos humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais, “Protocolo San Salvador”**. Disponível em: <<http://www.cidh.org>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

CORNETET, J. M. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Revista Conjuntura Austral**, v. 5., n. 24., p. 111-150, 2014.

COSTA, Maurício Kenyatta Barros da. **Políticas de segurança e defesa da fronteira brasileira no contexto de integração regional: os casos das fronteiras Brasil - Paraguai e Brasil - Uruguai**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília: UNB, 2017.

DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

DIAS, Luiz J. **O conceito “fronteira” em geografia**. São Luís, 2013. Disponível em: <<http://luizjorgedias.blogspot.com>>. Acesso em: 23 out. 2018.

DÓLAR HOJE. **Bolívar Venezuelano hoje**. Disponível em:
<<https://www.dolarhoje.net.br>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

DURKHIM, Émile. **Educação e sociologia, com um estudo da obra de Durkrim, pelo Professor Paul Fauconnet**. Tradução do Professor Lourenço Filho. 9. ed. São Paulo, SP: Edições Melhoramentos, 1973.

FERNANDES, Roberto M. S. Adstringências e frinchas entre comerciantes brasileiros e bolivarianos numa zona de fronteira: os limites e as desconexões acerca do estado e do território em Corumbá/MS. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados - UFGD, v. 8., n. 16., Jul – Dez, 2014.

FERREIRA, Allana. **Projeto em Pacaraima acolhe refugiados e migrantes em situação de rua**. ACNUR. 15 Jan 2020. Disponível em:
<<https://www.acnur.org/portugues/2020/01/15/projeto-em-pacaraima-acolhe-refugiados-e-migrantes-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

FIGUEIREDO, Luiza V. S. **Direitos Sociais e Políticas Públicas Transfronteiriças: a fronteira Brasil - Paraguai e Brasil - Bolívia**. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2013.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. Boa Vista, RR: DLM, 2000.

GALDINO, Lucio Keury Almeida. **Roraima: da colonização ao Estado**. Boa Vista, RR: UERR edições, 2018.

GALDINO, Lucio Keury Almeida. **Roraima: Sociedade, Política e Meio Ambiente**. Boa Vista, RR: UERR edições, 2018.

GAZZOLA, Ana E. T. Imigração Venezuelana no Brasil: refúgio e integração regional. **Grupo de Pesquisa Observatório Regionalismo**. São Paulo, SP: Unesp/ Unicamp/ PUC-SP, 2018. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

GÖTTEMS, Claudinei J. Direito Fundamental à Educação. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho - PR, n. 16., p. 43 - 62, fev. 2013. Disponível em:
<<http://seer.uenp.edu.br>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

GUGLIANO, Mônica. **A Fronteira da Miséria**. Disponível em:
<<https://www.valor.com.br>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

GUIMARÃES, Antônio M. da C. **Tratados Internacionais**. São Paulo, SP: Aduaneira, 2009.

HARTOG, François. **Memória de Ulisses**: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

HOWLETT, Michael. **Políticas Públicas**: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integradora. Michel Howlett, M. Ramesh.; Antony Perly. Tradução Técnica, Francisco g. Heideman. Rio de Janeiro, RJ: Elseiver, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pacaraima**. Boa Vista, RR: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pacaraima - panorama**. Boa Vista, RR: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Pacaraima. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pacaraima**: Aspectos gerais. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

LARAIA, Roque. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro, RJ: Editora Zahar, 2009.

LESSA, Lucas M.; OBREGON, Marcelo F. Q. **A eficácia da Lei 13.455 de 2017 (a nova Lei de Migração) em relação ao Estatuto do Estrangeiro**. 2018. Disponível em: <<http://www.ambitojuridico.com.br>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

LIBÂNIO, José Carlos.; OLIVEIRA, João Ferreira de.; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

MARÇAL, Justen F. **Curso de Direito Administrativo**. 12 ed. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

MARINHO, Henrique J. M. **O Estudo das Relações Internacionais**: teorias e realidade. São Paulo, SP: Aduaneiras, 2008.

MARQUES, Eduardo.; FARIA, Carlos A. P. (orgs.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo, SP: Editora Unesp. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2013.

MENESES, João G. C. *et al.* **Educação Básica: Políticas, legislação e gestão.** 1 ed. São Paulo, SP: Lengage Learning, 2004.

MONTEIRO, J. B.; SANTOS, M. V. **dos. Influência no comportamento de dispersão de flebotomíneos vetores da LV leishmaniose visceral no semiárido da divisa entre Bahia e Sergipe:** uma abordagem holística. Tese (Doutorado) apresentada no VII Seminário Internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. Universidade Católica de Salvador. Salvador, BA: UCSAL, 2015.

NASCIMENTO, Franzmiller Almeida.; TAVARES JÚNIOR, Stélio Soares.; BESERRA NETA, Luíza Câmara. Compartimentos geomorfológicos da região de Pacaraima. *In:* VERAS, Antônio Tolrino de Rezende.; SENHORAS, Elói Martins. **Pacaraima: um olhar geográfico.** v. 1. Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2011.

NOVO, Benigno N. **Migração na visão da nova lei.** 2018. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **O que é a CIDH?** Disponível em: <<http://www.oas.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Brasil - Qual a diferença entre 'refugiados' e 'migrantes'?** Brasil: ONU, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

PAZ, Sandra Elaine Trindade. **Escolas Bilíngues na Fronteira:** inclusão de discentes venezuelanos nas escolas municipais da área urbana de Pacaraima. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, RR: UFRR, 2016.

PEREIRA, Jacira H. V. Diversidade cultural nas escolas de fronteiras internacionais: o caso de Mato Grosso do Sul. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 2., n. 1., p. 51-63, jan - jun, 2009.

PEREIRA, Luiz C. B. **Construindo o Estado Republicano:** democracia e reforma da gestão pública. Tradução: Maria Cristina Godoy. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2009.

PETRUS, Regina.; SANTOS, Miriam.; ARAGÃO, Luciano X. Filhos de refugiados congolenses no Rio de Janeiro: socialização e escolarização nas escolas da rede pública de ensino. **Um olhar sobre as diferenças: a interface entre projetos educativos e migratórios.** Santos, SP: São Leopoldo, p. 7-17, 2016.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?**. Tradução de Ivete Braga, 17. ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 2005.

POLÍCIA FEDERAL. **Imigração Venezuela/Brasil**. Diretoria Executiva Coordenação Geral de Polícia de Imigração. Fonte: Sistema de Tráfego Internacional – STI. Dados até abril/2019. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/apresentcao-policia-federal-ate-abril-de-2019.pdf>>. Acesso em: 15. fev. 2020.

QUEIROZ, Olendina B.; VIANA, Ana C.; LIMA JÚNIOR, Adelson A. As escolas internacionais bilíngues na fronteira Brasil-Venezuela: contexto histórico. **Revista Textos & Debates**, Boa Vista - RR, n. 18., p. 251-268, jan./jun. 2010.

RAMOS, Simone A. **Migração de Escala em Instrumentos de Políticas Públicas: natureza e fronteiras de aprendizagem**. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) – Universidade Federal da Bahia – Salvador, 2013.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Revista Estudos Avançados**, v. 20., n. 57., p. 197-207, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

R4V, Response for Venezuelans. **Brazil – Coordination platform for refugees and migrants from Venezuela**. Disponível em: <<https://r4v.info/en/situations/platform/location/7509>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

SANTOS, Edilamar Oliveira. **O processo de produção do espaço fronteiriço da Amazônia: o caso de Pacaraima-RR**. Boa Vista (RR): Universidade Federal de Roraima, 1998. Monografia de especialização em Relações Fronteiriças, Centro de Ciências Sociais e Geociências, Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, RR: UFRR, 1998.

SANTOS, Miriam O.; BAHIA, Joana; GOMES, Charles. Aspectos socioeducativos dos processos migratórios. **Um olhar sobre as diferenças: a interface entre projetos educativos e migratórios**. Santos: São Leopoldo, p. 7-17, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Política Educacional Brasileira: limites e perspectivas**. Revista de Educação PUC-Campinas, n.24, p. 7-16, junho 2008.

SCHERMA, Márcio Augusto. Políticas de defesa e segurança para as fronteiras nos governos Lula e Dilma. **Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI**, n. 22., Jan./Abr, 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2013.

SILVEIRA, Alex Justus da. **Terras indígenas e fronteiras nacionais: um estudo jurídico sobre as territorialidades indígenas na faixa de fronteira da Amazônia Brasileira**. (Mimeografado) - (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, AM: UEA, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8., n. 16., p. 20-45, jul/dez, 2006.

TEIXEIRA, Joaquina B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. **Revista Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Pará, n. 1.,4. ed., p. 01-26, 2015.

THUMS, Jorge. **Ética na Educação: filosofia e valores na escola**. Canoas, RS: ed. Ulbra, 2003.

TORRES, Pedro M. La política de las políticas públicas: propuesta teórica y metodológica para el estudio de las políticas públicas em países de frágil institucionalidade. **Série Política Sociales**. Naciones Unidas, CEPAL. Santiago de Chile, 2004.

TUDE, João M. Conceitos gerais de políticas públicas. *In*: TUDE, J. M.; FERRO, D.; SANTANA, F. P. **Políticas Públicas**. Curitiba, PR: IESDE Brasil, S.A., 2010.

TUDE, João M.; FERRO, Daniel; SANTANA, Fábio P. **Gestão de Políticas Públicas**. 1 ed. Curitiba, PR: IESDE BRASIL, S/A, 2015.

UNHCR. United Nations High Commissioner for Refugees. **Número de refugiados e migrantes da Venezuela no mundo atinge 3,4 milhões**. Brasil: ACNUR, agência da ONU para refugiados, 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

VASCONCELOS, Iana S. **Articulações familiares transnacionais: estratégias de cuidado e manutenção familiar na fronteira Brasil/Venezuela**. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Antropologia UFPE/UFRR) – Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, RR: UFRR, 2013.

VERAS, Antônio Tolrino de Rezende.; SENHORAS, Elói Martins. **Pacaraima: um olhar geográfico**. v. 1. Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2011.

VERAS, Nathália Santos. Direitos humanos dos migrantes na jurisprudência consultiva da corte interamericana de direitos humanos. **Revista Textos & Debates**, Boa Vista - RR, n. 18., p. 251-268., jan./jun, 2010.

VILLAÇA, Flávio. **A delimitação territorial do processo urbano**. Professor Titular do Planejamento Urbano da FAU-USP, 1997.

XAVIER, Fernando César Costa. **Migrações internacionais na Amazônia brasileira**: impactos na política migratória e na política externa. 2012. 192 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação interinstitucional da Universidade de Brasília, Brasília: FLACSO – Brasil - UFRR, 2012.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa**: como ensinar. Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998.